

ROXANA BONESSI

AMAZÔNIA, VIDA, RIQUEZA E MORTE: O TURISMO SUSTENTÁVEL
COMO ATIVIDADE SÓCIO-ECONÔMICA PARA AMBIENTES DE
SIGNIFICATIVAS MUDANÇAS ECOLÓGICAS.

FLORIANÓPOLIS

2002

ROXANA BONESSI

AMAZÔNIA, VIDA, RIQUEZA E MORTE: O TURISMO SUSTENTÁVEL
COMO ATIVIDADE SÓCIO-ECONÔMICA PARA AMBIENTES DE
SIGNIFICATIVAS MUDANÇAS ECOLÓGICAS

Dissertação De Mestrado em Administração
Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Administração
Área de Concentração: Políticas e Gestão Institucional
Mestrado Interinstitucional UFSC / UA-CIESA

ORIENTADOR: Dr. Nelson Colossi

Florianópolis

2002

ROXANA BONESSI

**AMAZÔNIA, VIDA, RIQUEZA E MORTE: O TURISMO SUSTENTÁVEL COMO
ATIVIDADE SÓCIO-ECONÔMICA PARA AMBIENTES DE SIGNIFICATIVAS
MUDANÇAS ECOLÓGICAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração”, Especialização em Política e Gestão Institucional e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração.

Prof. Nelson Colossi (Dr.)

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Nelson Colossi (Dr.)

Orientador

Prof. José Nilson Reinert (Dr.)

Prof. Maria Ivanilde Araújo Cavalcante (Dra)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Selva Amazônica
e a todos os seus habitantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à SELVA AMAZÔNICA: bela, exuberante e enigmática.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo alertar o público para o dramático problema da colonização da Amazônia, cujo processo está causando um impacto de proporções inimagináveis sobre a fauna, a flora, mananciais de águas, populações brancas e indígenas, essas em números bastante consideráveis, sem levarmos em conta as tribos que ainda não foram contatadas, cujas estimativas indicam serem em maior números das que já foram civilizadas .

A ação predatória e desenfreada, originada pela ação do homem em busca das riquezas dos produtos naturais, está causando destruição e morte, fazendo com que a desertificação se instale, pela degradação do solo, em velocidade espantosa, assombrando pesquisadores. Essa pesquisa descreve os impactos causados pelos desastres ecológicos ocorridos na Amazônia e os efeitos causados ao meio ambiente e aponta, como exemplo, os problemas causados pela Hidrelétrica de Balbina.

Por fim, a pesquisa aponta o Turismo Ecológico Sustentável como uma forma sócio-econômica de se recuperar a tradição, a cultura e as raízes de uma região afetada por desastre ecológico de proporções gigantescas, como foi o caso de Balbina, em Presidente Figueiredo, priorizando medidas e iniciativas apontadas pela população daquelas cidades para estabelecer com sucesso essa forma de turismo sustentável.

É idéia desta pesquisa incentivar a atividade turística, na forma indicada, na esperança de que a mesma traga os benefícios esperados, com mais responsabilidade por todos os envolvidos nas atividades de conservação e preservação da natureza, com melhoria da qualidade de vida e bom atendimento aos turistas e visitantes.

Palavras-chave: colonização – desastres ecológicos – turismo sustentável

ABSTRACT

The present work has for objective to alert the public for the dramatic problem of the colonization of the Amazonian, whose process is causing an impact of unimaginable proportions on the fauna, the flora, mananciais of waters, white and indigenous populations, those in quite considerable numbers, without we take into account the tribes that still were not contacted, whose estimates indicate be in larger numbers of that you/they were already civilized. The predatory and wild action originated by the man's action in search of the wealth of the natural products, it is causing destruction and death, doing with that the desertificação settles, for the degradation of the soil, in amazing speed, astonishing researchers. That research describes the impacts caused by the ecological disasters happened in the Amazonian and the effects caused to the environment and it appears, as example, the problems caused by the Hydroelectric of Balbina. Finally, the research points the Maintainable Ecological Tourism as a socioeconomic form of recovering the tradition, the culture and the roots of an affected area for ecological disaster of gigantic proportions, as it was the case of Balbina, in President Figueiredo, prioritizing measures and pointed initiatives for the population of those cities to establish with success that form of maintainable tourism. It is idea of this research to motivate the tourist activity, in the suitable form, in the hope that the same swallows the expected benefits with more responsibility for all involved them as the conservation activities and preservation of the nature with improvement of the life quality and good services to the tourists and visitors.

Key-words:

colonization – ecological disasters – ecological tourism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA....	11
1.2 Objetivos	16
1.3 Justificativa Teórica e Prática	17
2. O CONTEXTO DA PESQUISA.....	20
2.1 Histórico da Amazônia.....	20
2.2 Relevo da Amazônia.....	20
2.3 Clima.....	20
2.4 A mata.....	21
2.5 Amazônia Legal.....	21
2.6 Amazônia: Riqueza – Energia e Vida.....	22
2.7 Amazônia: Desastres Ecológicos e Mortes na Floresta.....	24
2.8 Efeitos danosos causados na natureza.....	27
2.9 Efeitos danosos causados na população.....	28
2.10 Os sete pecados capitais da eletricidade.....	36
2.11 Um exemplo trágico.....	37
2.12 O Futuro para a Amazônia.....	40
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EMPÍRICA.....	48
3.1 Turismo Sustentável.....	48
3.2 Turismo Sustentável como forma de desenvolvimento.....	48
3.3 Turismo – A melhor definição.....	50
3.4 Turismo Sustentável – Uma opção para a Amazônia em geral.....	53
3.5 Determinação da capacidade de carga.....	54
3.6 Impactos Ambientais do Turismo Sustentável.....	54
3.7 As alternativas para um Equilíbrio Ecologicamente Sustentável.....	59
3.8 Modalidade de Turismo existente na Amazônia.....	62
3.9 Considerações finais sobre o Turismo.....	63
3.10 Turismo Sustentável terá Certificação Mundial.....	68
3.11 Certificação – Premiando a Qualidade.....	69
3.12 Criando o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável.....	70

4. METODOLOGIA.....	73
4.1 Delineamento da Pesquisa.....	73
4.2 Objeto de Estudo.....	75
4.3 Coleta e Tratamento de Dados.....	76
4.4 Perguntas de Pesquisa.....	77
4.5 Definição Operacional das Variáveis.....	77
5. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA.....	78
5.1 Criando alternativas para uma região devastada por um desastre ecológico.....	78
5.2 Um Projeto de Turismo Sustentável para Presidente Figueiredo.....	90
5.3 Implantando o Turismo Sustentável na Região.....	94
5.4 Um Modelo de Projeto de Turismo Sustentável para a Região de Presidente Figueiredo.....	95
5.5 Lançamento do Roteiro do Turismo Sustentável.....	97
5.6 Um exemplo de trabalho positivo.....	98
CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS.....	119
OBRAS CONSULTADAS	121
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Para Beltrão (1998), é impossível decifrar com poucos adjetivos, o Amazonas, onde tudo é fartura, a começar pela maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica que abriga, em seu interior, o maior rio do mundo em volume de água, o Amazonas, sem contar a maior concentração indígena que se tem notícias, povos ainda de costumes primitivos que não foram contatados pelo homem branco.

Com uma harmoniosa mistura entre culturas indígenas e população migrante é o reflexo sobretudo no artesanato, com riqueza de detalhes, que chega ao fascínio, contemplar o rico material de decoração. Mas é nos recursos naturais que encontramos o retrato fiel de uma beleza intocada: rios, matas, cachoeiras, minerais, que hoje estão ameaçados pelas mãos do homem, fazendo com que a Amazônia se torne a ordem do dia do imaginário e das preocupações nacionais e internacionais.

CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO DO TEMA E ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Para Dias (2000), a degradação da Amazônia vem sendo acompanhada por toda população do planeta, principalmente nas últimas décadas. Porém, é de conhecimento universal que esta destruição promovida pelo homem já vem de longa data, tanto que, ainda no século XIX, pensadores demonstravam, em algumas de suas obras, um tom de preocupação com a questão ecológica.

As formas desta depredação patrocinada pelo homem são diversas, mas algumas se destacam por prejudicarem todo ecossistema de uma única vez, como tem sido o caso dos "planejamentos urbanos" e a falta de apoio de governos e sociedades em relação aos produtos manufaturados e a pequena agricultura.

Observa-se que a Floresta Amazônica já começou a demonstrar sua reação clamando por socorro: tempestades, enchentes, secas, degelo, efeito estufa e diversas formas de zoonoses. O homem está agindo irresponsavelmente e deve ser freado em sua ganância, mas não adianta simplesmente reconhecer o erro, é necessário uma mudança radical de postura para que diminuamos as conseqüências dessa barbárie.

O crescimento dos movimentos ambientalistas é uma realidade. Parte da população, mais esclarecida, tem observado que a floresta Amazônica está se tornando menor, os desertos maiores, o número de espécies diminui. Não há mais dúvidas de que essas mudanças ambientais são causadas pelo homem, em

nome de uma tecnologia que vem sendo festejada há alguns séculos, mas que hoje demonstra visíveis sinais de exagero na confiança sem limites no tão sonhado progresso.

Para Branco (1995) este desequilíbrio ambiental, causado em grande parte pela procura por riquezas, está ameaçando a vida em nossa Floresta. A água, a terra, o ar, a flora, a fauna e os povos primitivos estão correndo sérios riscos de extinção. Precisamos apresentar uma solução imediata para a preservação ambiental e que esta solução seja "imposta" aos grandes predadores, pois quem não pode viver em harmonia com a Floresta deve viver fora dela.

A desertificação do solo é uma realidade lastimável. Pedreiras, garimpos e a destruição incontrolável da floresta são alguns dos principais agentes de erosão. Esse efeito pede a atenção de toda a sociedade, pois a erosão, além de destruir a paisagem, impede a utilização da terra e essa agressão à terra é praticamente irreversível, ao menos que um trabalho de longo prazo seja feito, com custo relativamente alto e que deixa a dúvida se poderá alcançar um resultado positivo no futuro.

Para Branco (1995), um dos principais problemas da degradação da natureza, diz respeito à desmedida irresponsabilidade na utilização de um recurso indispensável para a sobrevivência na terra: a água. Os lençóis aquáticos são extremamente susceptíveis de sofrer poluição e contaminações resultantes das atividades humanas.

Segundo esse autor, o planejamento social e urbano é um grande alçômetro no aproveitamento equilibrado das fontes aquáticas. Esses planejamentos, obcecados por grandes empreendimentos, sejam imobiliários, industriais ou comerciais, resulta no abandono dos cuidados com a natureza como fonte de vida e só a enxerga como fonte de lucro.

Para Branco (1995), há que se considerar, também, como concorrente para a destruição da floresta, a quase nula assistência aos pequenos

agricultores, somada à indiferença dos grandes grupos agrícolas e industriais. Esses problemas decorrem, principalmente, na “vista grossa” do estado perante a questão ecológica e ambiental, pois cabe a ele a fiscalização dos grandes grupos, assistir aos pequenos agricultores e planejar o social e o urbano em harmonia. Diariamente, assistimos à proliferação do desrespeito à água e esta barbárie ocorre de diversas formas, em lugares distintos da Amazônia. A inconseqüência do uso da água é uma triste face desta realidade, onde a ignorância da população resulta em poluição e desperdício cada vez maiores dessa importante fonte de sobrevivência.

O esgoto é uma forma bastante visível de destruição da água. A expansão demasiada de periferias metropolitanas e das indústrias sem o tratamento adequado de seus dejetos, são indicadores de que o problema tende a agravar-se. Não podemos, porém, ignorar os problemas no tratamento de esgoto nas pequenas cidades do interior do Amazonas, onde a visibilidade do problema só não é maior pelo contingente menor da população. As descargas e derrames de petróleo, também geram efeitos trágicos. A má conservação dos navios petroleiros, barcos cruzeiros e a falha da fiscalização das autoridades navais são determinantes nos acidentes ambientais.

A irresponsabilidade de quem aborda o assunto “AMAZÔNIA” como secundário é absurda; ignoram-se as conseqüências dos constantes ataques às bacias hidrográficas, lençóis subterrâneos, rios e lagos como se suas causas não resultassem em algum efeito.

De acordo com Branco (1995) a expansão das doenças transmitidas pela água é uma realidade de nossa atualidade, onde uma das formas mais importantes para a sobrevivência do homem aos poucos se torna uma secreta forma de morte. A seqüência trágica com que as águas têm servido de depósito para substâncias tóxicas extingue as formas de vidas aquáticas e sub-aquáticas, pois a degradação da água resulta também na chuva ácida, que recai sobre lavouras e contamina os alimentos.

A emissão de resíduos tóxicos sólidos, líquidos e gasosos em quantidade superior à capacidade de absorção do meio ambiente é entendida como poluição do ar. Essa emissão, quando planejada com irresponsabilidade ou descaso gera um desequilíbrio desmedido que interfere morbidamente na preservação plena do ecossistema da floresta.

A floresta e a atmosfera, têm uma certa capacidade depuradora que, em condições naturais, garantem a eliminação dos materiais nela descarregados, mas alguns parecem acreditar que estes resíduos provenientes principalmente da industrialização, podem ser eliminados através da sua distribuição pelo ar, seja qual for a quantidade. A natureza não vive de milagres e essa incapacidade para organizar o crescimento social gera calamidades indiscutíveis, principalmente nos grandes centros urbanos e industriais. Somadas, essas formas de poluição atuam destrutivamente contra a camada de ozônio, responsável pelo controle da temperatura no planeta.

Para Branco (1995) ninguém tem certeza sobre o que pode acontecer com a Floresta Amazônica, alguns especialistas ainda acham que nada vai acontecer, mas a mudança climática já pode ser percebida. Se o Ambiente Amazônico não for controlado com medidas rígidas de preservação as conseqüências podem ter um custo altíssimo, com tempestades arrasadoras, aumento da temperatura, aumento de pragas e insetos, doenças desconhecidas, entre outras catástrofes. Se conseguirmos controlar essa ação devastadora do homem sobre a floresta e a invasão desordenada da população, muitos problemas ambientais na Amazônia serão administráveis.

Na medida em que o homem derruba árvores e prepara o terreno para seus empreendimentos, animais, aves, répteis e insetos vão desaparecendo. As mudanças radicais feitas pelo homem no uso do solo certamente prejudicam a vida selvagem.

Claro que a batalha entre preservação e extinção continua intensa. Entidades pressionam governos a adotarem medidas mais rigorosas em favor da

preservação da flora e da fauna. Essa luta levou à criação de parques naturais e áreas protegidas, que são verdadeiros santuários para os animais. Hoje temos milhares de áreas de preservação selvagem, mas ainda não é suficiente.

Depois dessa lamentável lista de violências patrocinadas pelo homem, cabe-nos questionar se os depredadores da Floresta acreditam que poderão sobreviver sem outras espécies, onças, tartarugas, borboletas, micos, araras e preguiças. A lista das espécies em extinção parece não ter fim! Alguns estudiosos afirmam que muitas espécies desaparecerão antes mesmo de receber um nome científico.

Para Branco (1995), a preservação da Floresta Amazônica e seu *habitat* são a melhor solução para o problema da extinção das espécies. Somente a conscientização de empresários, governos e comunidades se envolvendo na luta, contribuirão para que não tenhamos várias espécies extintas nos próximos anos.

Como vimos, a destruição da Floresta Amazônica é, indiscutivelmente, uma calamidade que deve ser tratada de imediato. As diversas formas de destruição apresentadas nos demonstram claramente esta necessidade contemporânea de repensar os rumos que a investida do homem está tomando sobre a Região.

O problema se apresenta nas atitudes econômicas e sociais tomadas pelo homem, principalmente no que diz respeito ao processo de produção, que foi aplaudido durante séculos, sem interrupções, e hoje recebe críticas severas pela devastação da Floresta.

O homem alienado pela máquina e fanático pelo lucro tornou-se soberano frente à natureza e a domina impetuosamente. Vale reafirmar: a principal fonte de matéria prima para a produção é a natureza! O homem produz mercadorias mas devora a natureza. A máquina tornou o homem dono do planeta, mas não dono do futuro. E se não reformulamos nossa idéia de preservação da Amazônia, com conscientização e disciplina ecológica, de uma forma eficaz, o fim da

Região Amazônica será precoce, com uma dívida impagável para as gerações do amanhã.

1.1 – OBJETIVOS

- Em primeiro lugar, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar os efeitos causados ao meio ambiente da Região Amazônica, pela interferência do homem, cujas ações resultaram em verdadeiros desastres ecológicos com reflexos danosos sobre a população branca e indígena, a flora e a fauna. Em segundo lugar, é apontar o Turismo Sustentável como atividade sócio-econômica necessária ao desenvolvimento de toda a Amazônia, sem perder de vista os valores sociais, econômicos e culturais característicos.

- Como objetivo específico pretende-se:

- Caracterizar a Amazônia no contexto histórico, político e social da América do Sul e do Brasil;

- Apresentar o potencial energético da Amazônia e suas riquezas;

- Relatar os desastres e os efeitos provocados pela ação do homem sobre o meio ambiente, a população, a flora e a fauna;

- Relacionar as principais medidas governamentais que serão colocadas em prática em um futuro próximo, visando desenvolver parte da Região Amazônica;

- Apontar soluções alternativas visando a melhoria e o desenvolvimento de uma Região da Amazônia afetada por desastre ambiental buscando, no Turismo Sustentável, uma base sócio-econômica efetiva e eficaz para aquela área.

Espera-se com esse estudo responder a seguinte pergunta:

O Turismo Sustentável poderá ser utilizado na Região Amazônica como fator de integração entre os valores sociais, as atividades econômicas e a preservação do meio ambiente?

1.2 – JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

Perspectivas apontam para uma reflexão em torno da extensão da Amazônia e das intenções dos olhares internos e externos sobre a região.

Sobre a extensão, muitos números revelam as extraordinárias magnitudes físicas da região. A Pan-Amazônia ou Amazônia Continental cobre perto de dois terços do continente sul-americano, incluindo não só áreas do Brasil, como também, da Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. Só no Brasil são seis décimos do seu território, superando a superfície de toda a Europa Ocidental.

E ainda a grandeza da bacia hidrográfica do chamado Rio-Mar, expressa em dezenas de milhares de quilômetros de rios navegáveis e em um volume de água doce líquida que é estimado em um quinto, ou mais, do total mundial. Do mesmo passo, a exuberância da floresta tropical úmida, um terço das existentes no mundo, e que recebeu de Humboldt o apropriado apelido de Hylea: mata densa, ou em português arcaico, mato grosso.

Segundo Coelho (1996) é preciso considerar, não obstante, que numa região tão vasta há nítidas diferenças entre sub-regiões. Cabe, portanto, falar em diferentes “amazônias” dentro da Amazônia, que precisam ser levadas em conta na formulação de metas, na adoção de métodos e na escolha dos meios a serem usados em prol da Amazônia.

Para Coelho (1996) é a conjunção dos seus muitos fluidos (ares e águas), flora e fauna, e sua localização sobre o Equador, e daí o seu clima tropical úmido, que explica o fato de se concentrar na Amazônia a maior diversidade biológica do planeta.

Para Beltrão (1998) esse patrimônio original, contudo, não está ainda suficientemente estudado. Não foi possível até agora, por isso, revelar toda a sua potencialidade para o suprimento mais amplo e acessível de alimentos, matérias primas, energia, fármacos e outros itens úteis à humanidade.

Para Migueis (2001) cumpre então preservá-la, evitando a destruição e aproveitá-la a favor dos amazônidas, nacionais e continentais, dos brasileiros em geral e da humanidade – coibindo a biopirataria posta a serviço da biotecnologia multinacional sob a capa do direito de propriedade intelectual, na verdade expropriatório do capital natural e do conhecimento tradicional, acumulado por milênios no subcontinente amazônico.

Neste particular cabe ainda lembrar as riquezas de subsolo, os minerais metálicos e não metálicos que fazem da Amazônia uma das maiores, se não a maior das províncias minerais do globo terrestre. O Grande Carajás é apenas o seu exemplo mais eminente, pela diversificação das jazidas ali encontradas, ainda em estudo, e pela cubagem das minas de hematita, a maior delas e em atividade há anos. Algumas outras minas mais, de grande porte, estão já em fase de exploração na região. Muitas há ainda a pesquisar, prospectar e explorar.

Para Migueis (2001) está bem caracterizado o fato de que, na realidade, deixou-se de planejar de forma integrada as ações direcionadas para a Amazônia e de conduzi-las de modo articulado.

Para esse autor, aos sucessivos planos econômicos em que, bem ou mal, a região era um sujeito da história e o objeto direto das ações, sucedem-se agora propostas nas quais a região é usada como plataforma e área de passagem para projetos extra-regionais – uma simples e conveniente expansão geográfica, uma nova fronteira interna do Brasil.

É o modelo dos grandes projetos, tipo Carajás, Jarí, Parapanema e outros. De certo modo, também Tucuruí, cuja energia é consumida em sua maior parte pelas usinas de alumina e alumínio no Pará e Maranhão (beneficiando-se de uma

fortemente subsidiada tarifa do quilowatt-hora), ou transferida maciçamente para o sistema integrado de outras regiões. E mesmo o Pólo Industrial, concebido como área de importações livres (atropelada pela abertura generalizada do comércio internacional dos últimos anos), quando deveria ter sido uma Zona de Processamento de Exportações à semelhança das existentes em grande número em outros países-continentes como os Estados Unidos e a China.

A Amazônia é um tema que preocupa muito. A devastação da sua natureza é um problema gravíssimo que o nosso país ainda não pode resolver. Essa preocupação não é só do Brasil, mas do mundo todo.

Segundo Sarabia (1999), o desmatamento, as queimadas, a destruição, a extinção de espécies são resultado da ganância das pessoas, que, em busca de dinheiro, destroem suas raízes e seu mundo, sem se preocupar com as conseqüências para as gerações futuras. Por se tratar de um tema dessa natureza, vida, riqueza e morte da selva, é que a presente pesquisa se torna relevante e de grande utilidade para pesquisadores e estudiosos do assunto da Amazônia.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA PESQUISA

2.1 – HISTÓRICO DA AMAZÔNIA

Para Coelho (1996) a Amazônia é um misto de floresta e água, corresponde a de 30% da América do Sul, abrange parte do território do Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. É a maior floresta tropical úmida do planeta, cerca de 5.500.000 km² e representa 1/3 das reservas florestais do mesmo. Por causa dessa grandiosidade, o Brasil se torna o país com a maior diversidade ambiental do mundo e a Amazônia é responsável por esse fator. O nome Amazônia deriva de uma lenda segundo os primeiros exploradores europeus, que chegaram à região no século XVI, que sustentam que foram recebidos por mulheres muito altas e guerreiras, como a floresta.

2.2 - RELEVO DA AMAZÔNIA

Conforme Coelho (1996) o relevo e o solo dessa imponente selva se apresentam com zonas de planícies e grandes montanhas. As várzeas do Rio Amazonas estão entre 8 a 10 m. acima do nível do mar e há montanhas de 3.014 m. de altura, como por exemplo o pico da Neblina (ponto culminante do Brasil) e o Monte Roraima, com 2.875 metros.

2.3 – CLIMA

Para Coelho (1996) o clima é do tipo equatorial, quente e úmido, com a temperatura variando pouco, ao longo do ano, com temperatura média de 26°C. O inverno é caracterizado pela maior precipitação de chuvas e as estações do ano são definidas tendo como base o regime pluviométrico. Sendo considerada a

seca, que dura de dois a três meses, o verão. Entre os meses de maio e agosto, ocasionalmente, uma massa de ar polar circula pelas planícies do Prata e do Pantanal, provocando o fenômeno da "friagem", quando a temperatura pode baixar a 10°C . Esse fenômeno se faz sentir mais nos estados do Acre, Rondônia e sudoeste do Amazonas.

2.4 - A MATA

De acordo com Coelho (1996), a mata de terra firme ocupa a maior parte da floresta e a mata de igapó, inundada, ocupa pelo menos 100.000 km² e talvez outra metade disso, se sua extensão ao longo de milhares de pequenos igarapés fosse conhecida. Essa floresta pode ficar inundada de 3 a 11 meses por ano dependendo da topografia local e da intensidade das cheias anuais. Em geral as inundações sazonais cobrem vastas extensões das várzeas

Para alguns cientistas a floresta Amazônica é um componente muito importante da biosfera, não só pela área que cobre, mas também pela dinâmica de seu processo interativo com relação ao clima global e da composição química da atmosfera, participando ativamente do controle da transferência do calor para as regiões mais frias do planeta.

Estudos mais recentes indicam que a Floresta Amazônica tem aproximadamente 25 milhões de espécies de plantas e 250 mil de animais.

2.5 - AMAZÔNIA LEGAL

Criada pelo governo, em 1966, com a intenção de proteção e desenvolvimento, a Amazônia Legal, segundo Coelho (1996) compreende os estados de Maranhão, Pará, Tocantins, Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Mato Grosso e abrange uma área total de 4.900.000 km² (59% do território nacional e 65% da Amazônia como um todo). Cerca de 74% da Amazônia Legal é coberta pela floresta Amazônica, que ocupa 3.300.000 km².

Conforme esse autor, em 1967 foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) com o objetivo de estabelecer um pólo industrial por meio da redução dos impostos de importação e exportação. No início dos anos 70 começa a ser desenvolvido, por meio do Plano de Integração Nacional, um programa que prevê a construção de estradas, a ocupação planejada e o incentivo à instalação de empresas na região. É dessa fase a construção da Transamazônica. O objetivo era "integrar para não entregar", já que os governos da época queriam garantir a ocupação brasileira numa região tradicionalmente cobiçada por outros países. O resultado desses projetos foi pouco relevante. Grandes partes das estradas, por falta de manutenção, foram engolidas pela floresta. Sobrevivem alguns dos grandes empreendimentos madeireiros e agropecuários, às vezes causadores de problemas ambientais e conflitos com a população nativa.

2.6 – AMAZÔNIA: RIQUEZA - ENERGIA E VIDA

2.6.1 – Minerais

De acordo com Coelho (1996), os recursos minerais, até hoje pouco explorados, são: ouro no Pará, no Amazonas, em Roraima e no Amapá; ferro no Pará (serra dos Carajás), no Amapá e no Amazonas; sal-gema no Amazonas e Pará; manganês no Amapá (serra do Navio), no Pará (Carajás) e no Amazonas; bauxita no Pará (Oriximiná, no rio Trombetas e em Tucuruí), além de calcário, cassiterita, gipsita, linhita, cobre, estanho, caulim, diamante, chumbo, níquel, principalmente em Roraima e Rondônia.

2.6.2 - Água Doce

Segundo Coelho (1996) a insuficiência e a distribuição desigual da água doce líquida no planeta reserva para a Amazônia Continental um papel e uma responsabilidade cujas dimensões e natureza sequer podemos ainda avaliar. Há um desequilíbrio entre a oferta e a procura em todo mundo. Há uma escassez bem pronunciada em determinadas áreas do mundo e já se discute em foros

globais o “uso social” da água ou mesmo a fundação de uma multinacional para geri-la por cima das soberanias nacionais.

A Amazônia possui um dos maiores mananciais de água doce da terra e a Bacia Amazônica conta com 7,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo considerada a maior do mundo; estende-se por 9 países sul-americanos: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana, Guiana Francesa e Brasil, onde abrange 40% do território. São 3,9 milhões de quilômetros quadrados ao norte do nosso país, abrangendo 9 estados brasileiros (Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e parte do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão). Seu débito fluvial é de 907.000 m³/s, e seu potencial hidráulico 97,8 MkW.

Conforme o autor citado, os rios que a compõe, quase sempre navegáveis, estão presentes em quase todos os aspectos da vida da população amazônica, fornecendo-lhe alimento, água, vias de transporte, comunicação e fontes de suprimento para agroindústrias. Contribuem com a irrigação, fecundando as várzeas para a agricultura de pequeno ciclo.

Também são viveiros naturais de peixes, animais e plantas aquáticas. Além disso, servem para gerar energia elétrica e drenar a bacia sul americana influenciando o ciclo hidrológico das chuvas.

O principal rio da bacia Amazônica é o rio Amazonas que nasce no Peru, na cordilheira dos Andes e deságua no Atlântico, depois de passar por todo o norte do Brasil. É o maior rio do mundo, superando o Nilo em volume de água. Possui 200 afluentes. Atribui-se seu descobrimento a Vicente Yáñez Pirzón, em junho de 1500. Segundo alguns autores, Pinzón teria apenas visto a foz do grande rio, tal como antes fizera Américo Vespúcio. Foi designado o rio das Amazonas em 1542 por Orellana que, ao ser atacado por uma tribo de índios, quando descia o rio, julgou tratar-se de mulheres guerreiras.

Para Coelho (1996) o Amazonas é francamente navegável da foz até a nascente, num curso de mais de 4.000 km. Contando seus principais afluentes, o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Purus e o Negro, a área navegável interligada excede 25.000 km. Isso faz com que o transporte fluvial seja o mais importante na área e complementa o realizado pelas rodovias federais, como a Transamazônica, a Belém-Brasília e a Manaus-Porto Velho.

Conforme Coelho (1996), grandes reservas de gás natural estão sob o solo amazônico o que possibilita sua utilização, em larga escala, por mais de 30 anos.

Ainda de acordo com Coelho (1996), a Amazônia possui o maior potencial hidrelétrico do Brasil, mas esse potencial não é bem aproveitado por causa da distância dos grandes centros consumidores e por causa do desequilíbrio ecológico que as construções de usinas hidrelétricas causariam ao meio ambiente.

2.7 – AMAZÔNIA: DESASTRES ECOLÓGICOS E MORTES NA FLORESTA

Para Ruschamm (1999), historicamente, a ocupação das terras Amazônicas se deu de forma equivocada. Foram feitas várias tentativas para "domar a selva". A maioria fracassou, a natureza reagiu e a mata engoliu quase tudo. Pouco sobrou, a não ser o desalento de ter desperdiçado vidas, dinheiro e a própria floresta em troca de projetos tão inviáveis.

2.7.1 - A Ferrovia do Diabo

Segundo Branco (1995), em 1912 foi inaugurada a ferrovia Madeira-Mamoré, para ligar os trechos navegáveis dos rios Madeira, no Amazonas, e Mamoré, na Bolívia. Para a construção, mais de 60 mil homens foram recrutados no mundo todo e destes, mais de 10 mil morreram por acidentes ou doenças. A

ferrovia que ligou "nada a lugar nenhum" foi desativada poucos anos depois de inaugurada.

2.7.2 - Rodovias

Para Branco (1995), outro exemplo de desastre ambiental foi a rodovia Transamazônica, que pretendia cortar a floresta para facilitar a colonização do Norte do país e permitir a integração nacional. Sua construção foi iniciada em 1970 e interrompida, em 1974, com menos da metade dos 5 mil quilômetros previstos, e hoje esta completamente abandonada.

2.7.3 - Hidrelétricas

Para Ruschamm (1999) a usina hidrelétrica de Tucuruí (PA) é a segunda maior produtora de energia do país. Construída em 1984, gera eletricidade suficiente para acender simultaneamente 42 milhões de lâmpadas comuns. Mas, para construí-la, foram inundados quilômetros de florestas, matando milhares de árvores.

Na hidrelétrica de Balbina (AM) a quantidade de energia produzida é insuficiente para justificar sua construção. O pior é que a energia advinda de usinas tão destrutivas para a natureza é destinada basicamente a projetos mineradores, que agravam ainda mais os problemas ambientais.

2.7.4 - Queimadas – Desmatamentos

Para Dias (2000) todo o patrimônio ambiental Amazônico está seriamente ameaçado pelo uso indiscriminado de seus recursos naturais.

Segundo esse autor, queimadas e outras formas tradicionais de ocupação da terra degradam ou destroem consideráveis áreas da selva original mas o desmatamento é o problema que mais atinge a Amazônia atualmente. Quando falamos em desmatamento da Amazônia, nos referimos à parte da floresta

original que, antes da chegada dos europeus, cobria 4 milhões dos 5 milhões da área que hoje é chamada de Amazônia Legal. Para se ter uma idéia, 12,9% da Amazônia já foi devastada (até 1996). Em 1995 e 1996, desapareceu do mapa uma área de floresta equivalente ao estado do Espírito Santo (45.733 km²). Se o desmatamento continuar nesse ritmo, em 2011 a Floresta Amazônica simplesmente não existirá mais.

Conforme Dias (2000), são apontadas como as maiores responsáveis por essa destruição ambiental na Amazônia brasileira as empresas agropecuárias, estimuladas pela ajuda propiciada pela SUDAM e pelo Banco do Estado do Amazonas através de incentivos fiscais, e também as madeireiras asiáticas. Estudos comprovam que a partir de 1994, com a chegada dessas madeireiras à região, o problema do desmatamento na Amazônia se acentuou, sem levarmos em conta o fato de que pesa contra as mesmas a acusação de não cumprirem a legislação sobre exploração sustentada, que prevê a reposição das espécies retiradas. Até mesmo essa forma de exploração sustentada da floresta, necessária e fundamental para a preservação das espécies retiradas também se encontra ameaçada, mas por falta de investimentos.

Segundo Dias (2000) as pressões exercidas pelas comunidades internacionais têm ajudado, de alguma forma, a preservar a Amazônia, mas essa preocupação excessiva das potências estrangeiras com a floresta tem originado rumores sobre uma possível e gradativa internacionalização de toda a área amazônica.

2.7.5 - Biopirataria

Para Sarabia (1999), a biopirataria é uma séria ameaça à vida na Amazônia. Muitas espécies estão em processo de extinção, entre elas, aproximadamente, podemos contar 109 espécies de aves, 67 de mamíferos, 29 de insetos e 9 de répteis. Por causa da biopirataria o mercado mundial de fármacos movimenta anualmente mais de US\$ 20 bilhões. Um exemplo é uma planta comumente conhecida como "Maria sem-vergonha", encontrada em abundância

na mata, e que contém dois alcalóides com potenciais para atuar contra o câncer. Sua exploração rende US\$ 100 milhões por ano ao laboratório responsável.

2.7.6 - Mineração

Para Sarabia (1999) a questão da mineração na Amazônia com a extração de minérios e a contaminação do solo e da água pelo mercúrio utilizado na garimpagem do ouro, contribuem significativamente para a degradação da natureza e, por isso, merecem destaques. Pode-se perceber, à luz de pesquisas já feitas por estudiosos do tema, que a forma de poluição dos rios amazonenses, de uma maneira geral, não só ocorre pelo desmatamento de suas cabeceiras, vazamento de petróleo e seus derivados, mas também por esses garimpos e pelos entulhos de lixos jogados nos igarapés próximos às cidades.

Segundo o autor citado, os principais rios amazonenses que se encontram contaminados pelo uso do mercúrio na garimpagem são: Rio Negro, Rio Madeira, Rio Aripuanã, Rio Amana, Rio Parauaris e Rio Abacaxis.

2.7.7 – Narcotráfico

Para Branco (1995), o narcotráfico ocorre sobretudo na região fronteira com a Amazônia colombiana. A preocupação resulta, não só do eventual cultivo de estupefacientes e seu comércio, como também dos desdobramentos do combate que se começa a fazer no país vizinho, com seus componentes de generalização, militarização e internacionalização.

2.8 - EFEITOS DANOSOS CAUSADOS NA NATUREZA

2.8.1 - Espécies vegetais em extinção, conforme Ruschamm (1999):

- Bromélia (*Aechmea apocalyptica*): planta epífita ou terrícola, pequena, de aproximadamente 40cm, espécie heliófita que se desenvolve na orla ou no interior da vegetação das matinas de altitude, frequentemente assolada pelas

queimadas nos períodos de estiagem mais prolongadas, que reduzem, sensivelmente, a frequência e a área de dispersão das espécies.

- Orquídeas (*Cattleya schilleriana*): ocorrem no interior das matas, em locais mais expostos, e também sobre rochas. As matas pluviais de encostas, onde a espécie ocorre, estão em fase final de destruição.

- Pau-amarelo (*Enxylophora paraensis*): cresce na mata virgem alta de terra firme e solo arenoso, o argilo-arenoso. É bastante humoso e dificilmente se desenvolve em áreas abertas. A intensa exploração do pau-amarelo, a falta de replantio, a lentidão de seu crescimento e, ainda, sua área de ocorrência relativamente restrita, são fatores responsáveis pela extinção dessa espécie. O pau-amarelo, fornecedor de uma das mais valiosas madeiras do Pará, foi, por muito tempo, empregado principalmente em assoalhos e diversos tipos de piso.

2.8.2 - Espécies animais em extinção, conforme Ruschamm (1999):

- Peixe-boi: o peixe-boi amazônico é o menor das três espécies existentes. Alguns chegam a 4 metros de comprimento e 800 quilos, sendo os maiores mamíferos fluviais do planeta. A espécie da Amazônia é a única que só vive em água doce e não possui unhas em suas nadadeiras.

- Sauim-de-coleira: esta espécie está restrita à área urbana de Manaus. O Parque do Mindu, em Manaus, foi criado para proteger o *habitat* desse macaco.

2.9 - EFEITOS DANOSOS CAUSADOS NA POPULAÇÃO

2.9.1- População Branca

Para Coelho (1996) a Amazônia ainda constitui um grande vazio demográfico, com uma densidade de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado. As maiores concentrações encontram-se no baixo e médio Amazonas, num povoamento linear que se distribui ao longo dos rios. É nesse cenário que

ocorre a presença humana, já ultrapassando a marca dos 20 milhões de habitantes.

Segundo o autor citado, a maior parte da população do Amazonas vive à beira-rio. É comum a construção de casas sobre palafitas em áreas periodicamente alagadas. Esses ribeirinhos e posseiros sobrevivem graças à caça e a pesca, ao extrativismo vegetal e à alguma agricultura rudimentar. Foram eles que plasmaram a feição sócio-econômica regional por largo tempo, sobretudo nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, quando a economia amazônica era baseada na extração da borracha e seu comércio. Durante esse período os seringais amazônicos passaram a atrair dezenas de milhares de imigrantes para a região, sobretudo nordestinos, para a coleta do látex. Atraíam também o interesse de grandes companhias estrangeiras, européias e norte-americanas. A população multiplicou-se, a exportação de borracha chegou a se igualar à do café e a economia cresceu rapidamente no final do século XIX.

Segundo Coelho (1996) na segunda metade do século vinte, juntaram-se aos nordestinos significativas levadas de migrantes sulinos e de outras regiões. À guisa de ilustração: em certo momento, os dados censitários acusaram uma perda de população (sublinhe-se: em números absolutos), de todos os municípios do Paraná, à exceção da região da Grande Curitiba. O mesmo aconteceu, em escala menor, em municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Eram famílias exiladas por causa do ‘excesso’ populacional não absorvido pela estrutura agrária e pela base econômica nos Estados de origem. O seu destino desse contingente humano foi o Acre, o Mato Grosso, o sul do Pará e, principalmente, Rondônia. Em alguns períodos, em certos municípios amazônicos, a taxa de expansão demográfica superou os 20,0% anuais! Esses grupos eram, em maioria, constituídos de pequenos e médios agricultores.

Segundo Coelho (1996), a população regional, contudo, acompanhando as tendências nacionais, já é, agora, predominantemente urbana. Não estão fixados hoje no interior da Amazônia, em cidades acima da faixa dos cem mil

ou mais habitantes, em sítios que há três ou quatro decênios eram ainda selvas, como também em cidades tradicionais e cresceram de modo expressivo. As cidades amazônicas, de um modo geral, ‘incharam’ ao atraírem populações rurais desamparadas, oriundas da própria região e de fora dela. As áreas metropolitanas de Belém e Manaus aproximam-se dos dois milhões de habitantes, cada uma. Outras capitais regionais estão na faixa intermediária, de trezentos, quatrocentos mil ou mais residente. Mas é certo que uma parcela considerável da população somente possui o *status* de urbana porque vive nas sedes dos municípios – aglomerados, por vezes, carentes dos equipamentos urbanos básicos.

Conforme Coelho (1996) o rápido crescimento populacional trazido pela Zona Franca de Manaus não foi acompanhado dos investimentos necessários em saúde e educação. A diminuição das vendas de eletro-eletrônicos em todo o país faz com que a região precise descobrir novas alternativas econômicas à Zona Franca. De acordo com dados estatísticos coletados juntos as empresas do Distrito Industrial de Manaus, a Zona Franca de Manaus chegou a empregar 120 mil trabalhadores na época do governo Castelo Branco e hoje não tem nem 30 mil operários trabalhando.

2.9.2 - População indígena

Para Migueis (2001) pesquisas recentes revelam a hipótese de que ainda exista 10 milhões de indivíduos entre as nações indígenas da Amazônia. É uma cifra apreciável, que eleva nossa dívida e multiplica o número de crimes de extermínio sobre esses povos. Portugal, no tempo do descobrimento não contava sequer com 200 mil habitantes.

Para Coelho (1996) subsistem populações indígenas bem menos numerosas do que nos tempos primórdios. As listas dos religiosos que fizeram às vezes de cronistas das expedições espanholas e portuguesas, que percorreram a região no Século XVII falam em extensos povoados, verdadeiras cidades às margens do grande rio e seus afluentes. Essas listas contribuíram para transmitir uma idéia da existência de milhões de indígenas, a seguir dizimados, não obstante a voz da

condenação brandida por alguns evangelizadores, tendo à frente o Pe. Antônio Vieira. Ao final do século vinte foi comprovado, conforme dados demográficos, que essas populações indígenas voltaram a crescer.

Segundo Beltrão (1998), por causa de várias circunstâncias e, sobretudo, pelos modelos de desenvolvimento aplicados nas áreas indígenas, os ecossistemas estão em perigo e, conseqüentemente, a saúde e a qualidade de vida do índio também está se deteriorando, com doenças, desnutrição, fome e pobreza. Entretanto, quando há pressões de entidades nacionais e internacionais, quando há conflitos armados, há uma preocupação em demarcar e proteger as terras indígenas. Mas, com freqüência, terras demarcadas também são invadidas ou em função da "necessidade" de construir uma rodovia ou de explorar algum minério aí ali descoberto. Assim, os índios acabam perdendo parte delas ou tendo que se mudar para outra. Entre os grupos nesta situação, podemos apontar, conforme Beltrão (1998): o Cinta-Larga, o Waimiri-Atroari e o Yanomami.

2.9.2.1- Waimiri-atroari, (BELTRÃO, 1998).

Essa população encontra-se, hoje, na região do norte do Amazonas e sul de Roraima nas bacias dos rios Alalaú/Jauaperi, Camanaú/Curiaú (afluentes do Baixo Rio Negro) e às margens da BR-174 (Manaus-Boa Vista).

Os primeiros contatos estabelecidos entre os Waimiri-Atroari (WA) e os brancos datam do século XIX, na região do rio Jauaperi. Historicamente, há evidências de que esses índios habitavam desde o século XVII, a região dos rios Urubu, Uatumã e Jatapu. Esses índios sofreram um processo depopulacional marcado por relações trágicas, estabelecidas com frentes pioneiras e militares anteriores à criação da FUNAI. No final dos anos sessenta até meados dos oitenta, o regime tutelar da FUNAI participou de políticas que resultaram na continuidade desse processo depopulacional, através de práticas integracionistas e desenvolvimentistas encampadas por frentes de atração.

Esse processo depopulacional foi decorrente, basicamente, de três projetos que atingiram a área dos WA, resultando na redução drástica do número de falantes dessa língua: a Construção da BR174 (1968), o Projeto Pitinga, com a instalação da empresa de mineração Taboca (Grupo Paranapanema) estabelecida nos limites do território (1980) e a construção da Usina Hidrelétrica Balbina (1987). Conforme podemos observar pelos levantamentos realizados, houve estatisticamente, uma redução brusca no número de habitantes: a população de cerca de 6.000, foi reduzida à 400 índios. Esse processo foi fortemente acentuado a partir do período de construção da BR-174.

Quadro Estatístico referente a população indígena, no período de 1905 a 1996:

Ano	População	Fonte
1905	6.000	Huebner/Koch-Gruenberg
1968	3.000	Calleri/Prelazia de Roraima
1972	3.000	FUNAI
1975	600 a 1.000	FUNAI
1982	571	FUNAI
1987	374	FUNAI/ELETRONORTE
1993	596	Programa Wamiri-Atroari
1994	611	Instituto Socioambiental
1996	713	Programa Waimiri-Atroari
1996	1154	FUNAI

A partir dos anos 1980 organizaram-se movimentos de apoio aos WA, destacando-se o trabalho de agentes da pastoral da Prelazia de Itacoatiara. Com a abertura política da FUNAI, em 1985, surge o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari – MAREWA. Em 1987 implanta-se o Programa

Waimiri-Atroari (PWA) criado em convênio com a FUNAI e a Eletronorte, com o objetivo de ressarcir a comunidade indígena Waimiri-Atroari dos prejuízos sócio-ambientais e econômicos decorrentes da construção da hidrelétrica UHE-BALBINA em sua área de ocupação tradicional. Esses movimentos geraram alternativas para a sobrevivência dessa comunidade, favorecendo seu crescimento populacional.

2.9.2.2 - Povo Yanomami, (BELTRÃO, 1998).

Há 25.000 Yanomamis que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela. Vivem numa área (170 mil Km) da Floresta Amazônica. São conhecidos desde o século XVIII. Permanecem com o modo de vida tradicional praticamente inalterado. Passaram a correr perigo com a descoberta de ouro, cassiterita e outros metais. Cerca de 45.000 garimpeiros invadiram suas terras, apesar da proibição do governo, trazendo várias doenças, além de contaminarem seus rios com o uso de mercúrio, impossibilitando a vida e a pesca ao seu redor. As últimas pesquisas indicam que dez mil índios Yanomami encontram-se no Brasil, morando em mais de 10 aldeias.

A demarcação das terras Yanomami, nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, ocorreu em dezembro de 1991; foi uma área significativa, a maior terra indígena já demarcada no país. Essa demarcação foi possível somente após vários anos de forte pressão internacional (jornais e revistas dos E.U.A e Europa, além de entidades ecológicas e da Igreja Católica).

Após o governo decretar os limites das áreas Yanomamis, os poderosos (governadores de estados, políticos da região, fazendeiros) passaram a fazer campanha através da mídia e questionar a necessidade de "tanta" terra (cerca de 10.000 hectares). Este exemplo demonstra a dificuldade de se demarcar e proteger as terras indígenas no Brasil.

2.9.2.3 - Povo Temb , (BELTRÃO, 1998).

Localiza-se em Guam , estado do Pará. Suas terras foram invadidas sistematicamente por posseiros, além de serem pressionados pelos grandes fazendeiros. Transferidos de suas terras à margem esquerda do rio Guamá; suas terras foram entregues para a fábrica de conservas Swift. Em 1974, fazendeiros tomaram 1500 alqueires de sua mata para a forma o de pastos. A FUNAI não defendeu os índios, além de dar autoriza o aos fazendeiros.

Em 1982, a soluço definitiva proposta pela FUNAI, foi   distribui o de 200 hectares para cada família, deixando os posseiros e fazendeiros na  rea.

2.9.2.4 - Povo Krikati, (BELTRÃO, 1998).

São em número de 312 pessoas e se localizam na proximidade de Montes Altos, no Maranhão. As terras deste povo fazem parte do Projeto Carajás. Além deste fato, nas suas terras entraram posseiros e foram implantadas fazendas e grupos vinculados à empresas multinacionais interessadas no urânio existente na cabeceira do rio Pindaré. Assim, os índios passaram a representar mão-de-obra fácil, dócil e barata.

2.9.2.5 - Povo Cinta-Larga, (BELTRÃO, 1998).

Grupo indígena do tronco tupi e família Mond . Vivem no parque indígena Aripuanã, em Rondônia. Os Cinta-Larga são uma sociedade de caçadores e guerreiros, que vivem em pequenos agrupamentos em amplas faixas territoriais. Em 1953, foram vítimas de um massacre que dizimou uma aldeia inteira, no episódio conhecido como massacre do paralelo 11 . Foi Promovido por Francisco Amorim de Brito, arrendatário do seringal da Firma Arruda – Junqueira.

Atualmente os Cintas-Largas são vítimas constantes das frentes de expansão agropecuária, seringueira e garimpeiro. Os vales do Aripuanã e

Roosevelt são ricos em diamantes, ouro, cassiterita e outros minérios. A população decresce tragicamente. Em 1972 calculava-se que havia 5.000 pessoas e, atualmente, não passam de 1.000 índios.

A maior violência cometida contra os Cintas-Largas caracterizou-se por invasão e espoliação de suas terras, massacres e omissão das autoridades governamentais.

2.9.2.6 - Povos Kaxinawá e Katukina, (BELTRÃO, 1998).

Os primeiros exploradores da borracha chegaram por volta de 1877 às matas do estado do Acre. Isso significou um verdadeiro massacre para as populações indígenas. Muitos foram completamente extintos, outros conseguiram sobreviver em parte. Estes últimos se transformaram em mão-de-obra barata para os colonizadores e alguns se tornaram seringueiros. Era a época do ciclo da borracha.

O Povo Kaxinawá encontra-se hoje espalhado nos rios Envira, Purus, Muru e Humaitá e Jordão. Os Kaxinawá trabalharam em suas terras para proprietários de seringueiros e cana-de-açúcar, assim como de alambiques, para a produção de cachaça. Em 1982 moravam 64 famílias de posseiros dentro da área dos Kaxinawá.

Os índios estão lutando para conseguir a demarcação da terra para se livrarem dos padrões seringalistas. Desde 1960, foram aldeados na região atual, com área delimitada por três aldeias, num total de 104.000 hectares.

Os índios Katukina localizam-se em frente à cidade de Feijó. A população é de duzentas pessoas. Hoje, em grande parte são bóias-frias, descarregadores de balsas ou diaristas nas fazendas vizinhas. A sua área foi delimitada, embora não exista mais caça nem pesca nesta região e os índios vivem doentes devido à desnutrição. O alcoolismo é outro problema sério. Apesar deste quadro, esses povos continuam resistindo e reivindicando terra.

2.10 - OS SETE PECADOS CAPITAIS DA ELETRICIDADE

2.10.1- Exclusão social

Na virada para o terceiro milênio, 26 milhões de brasileiros continuam sem energia elétrica e não dispõem nem sequer do benefício de uma lâmpada incandescente (FOLHETO DA ELTROBRAS, 2001).

Para a ELETROBRÁS (2001) cerca de 16% da energia elétrica do país é perdida na transmissão e distribuição; 40%, por causa do consumo ineficiente. Mesmo sem renovação tecnológica na fase do consumo, é possível reduzir as perdas para 10% e 30%, nessas fases, respectivamente.

De acordo com a ELETROBRAS (2001) tecnologias obsoletas e edifícios suntuosos são enormes devoradores de energia. Outro exemplo: as luminárias de vapor de mercúrio, de 250 W, que ainda predominam nas vias públicas. Se fossem substituídas por luminárias de vapor de sódio, de 70 W, menos poluentes e mais luminosas, teríamos, apenas no Estado de São Paulo, uma economia anual de 1.700.000 MW.

Segundo Dias (2000) uma das maiores agressões ao meio ambiente no Brasil é a hidrelétrica de Balbina, na Amazônia. Essa obra alagou 2.360 km², para gerar apenas 250 MW.

Conforme Ruschamm (1999) um item novo, particularmente complicado para o Brasil e sobretudo para a Amazônia em particular, é o das emissões de gases do efeito estufa pelos reservatórios das hidrelétricas, principalmente dióxido de carbono e metano (este último, 20 vezes mais prejudicial que o dióxido de carbono), pelo apodrecimento de matéria orgânica submersa. Esse fator pode complicar bastante a construção de novas hidrelétricas na Amazônia.

Segundo Franco (2001) o Brasil é riquíssimo em recursos naturais não utilizados. Aproveitando apenas a energia resultante da queima de biomassa

(bagaço de cana, resíduos agrícolas, aparas de madeira), o país ganharia 13.400 MW. A energia gerada a partir dessas fontes não passa, porém, de 640 MW, dos quais 600 MW são consumidos pelos próprios produtores.

Segundo Baptista (2001) as decisões na área energética sempre foram tomadas a portas fechadas, nos gabinetes governamentais. Depois, a sociedade arca com o impacto ambiental e os custos das obras. Esses custos, segundo uma anedota, são multiplicados pelo fator pi – 3,1416 – porque as obras normalmente acabam ficando pelo triplo do preço.

2.11 - UM EXEMPLO TRÁGICO

2.11.1 Hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo-AM

Segundo Coelho (1996) a mais polêmica hidrelétrica do País, localizada 107 quilômetros ao norte de Manaus, no rio Uatumã, em Presidente Figueiredo, recebeu críticas de ambientalistas do mundo inteiro durante a construção, nos anos 70. A área inundada sem que a floresta fosse retirada é igual à do reservatório de Tucuruí, com capacidade de geração 30 vezes maior. O enchimento do reservatório iniciou-se em outubro/87 e a usina começou a funcionar em fevereiro de 1989, com apenas uma das suas cinco turbinas.

A energia elétrica gerada na Usina chega à capital amazonense por meio de linhas de transmissão.

Possui um lago com aproximadamente 2500 km² de área. Muitos utilizam este lago para pesca de tucunaré. Há também na hidrelétrica um centro de pesquisas de mamíferos aquáticos, com destaque para as lontras, ariranhas e peixes-boi e um museu de animais empalhados. Há também uma exposição de cerâmica indígena, fotos e objetos da tribo Waimiri Atroari.

2.11.2 - Problemas causados pela Hidrelétrica de Balbina

Segundo Coelho (1996), A Hidrelétrica de Balbina libera 3 milhões de toneladas de CO₂ por ano e o fará durante 20 anos. Uma termoelétrica a gás libera 0,35 milhão de toneladas/ano;

Ainda de acordo com o autor, esta hidrelétrica inundou 2.380 quilômetros quadrados de floresta amazônica. Por ocasião de estiagem forte, pára de funcionar por falta de água. A falta de chuvas nos últimos anos tem feito com que Balbina permaneça sem gerar energia por três a quatro meses por ano. Isso se deve a baixa fluência da bacia hidrográfica do Rio Uatumã, que abastece o lago da hidrelétrica. A energia de Balbina atende a 30% da demanda no verão e 70% no inverno, mesmo com a pouca água. Além disso a floresta submersa provoca a emissão de gases que afetam as turbinas, numa obra custou US\$ 1 bilhão.

Além disso, a decomposição da vegetação submersa libera gás carbono e metano, contribuindo para o efeito estufa. Estudos científicos detectaram que a falta de oxigênio na água do reservatório provoca a liberação de metilmercúrio, fórmula que envenena peixes e plantas.

A energia de Balbina é cara. O lago de Itaipu, por exemplo, com menos da metade do tamanho (1,3 mil quilômetros quadrados), produz 12,6 mil megawatts. O custo de cada megawatt de Balbina chega a US\$ 180. O preço de mercado do megawatt consumido na Região Sudeste é de US\$ 30.

A demanda é insuficiente. Cada uma das cinco turbinas da hidrelétrica exige 2,67 metros cúbicos de água por segundo. A viabilidade média anual do rio, contando com os índices pluviométricos, permite que apenas duas turbinas possam produzir 50 megawatts;

Não há explicação lógica para as grandes queimadas que aconteceram, tanto nas margens da represa de Balbina, como no rio Uatumã. Motivos

alegados não faltam, entre políticos, emocionais e até históricos. Quem por ali navegou, na ocasião, o fez por águas repletas de cinzas, com ardor nos olhos e muita tosse, devido a pestilência do ar. O resultado disso tudo, foi milhares de troncos secos, um verdadeiro paliteiro onde antes era a floresta amazônica, causando assombro a quem contempla aquele cenário triste e sem vida.

Ainda com relação a madeira existente na área de Balbina, na ocasião dos preparativos para enchimento, segundo Coelho (1996), foi feita uma pesquisa tecnológica relativa a essa madeira existente nas áreas comprometidas com a construção da hidrelétrica, visando uma bem sucedida industrialização e comercialização desses bens. Esse estudo foi desenvolvido com 40 espécies madeireiras oriundas da área da Hidrelétrica de Balbina, entre as coordenadas geográficas 1°00' e 2°00' de latitude Sul e 59°20' e 60°30' de longitude Oeste de Greenwich (INPA, Inventário Florestal de Balbina, 1983).

De acordo com a classificação de Koppen, citado em Beltrão (1998), essa área é dominada pelo grupo climático A (clima tropical chuvoso), onde predomina o tipo climático AM, com variação para AMW. A temperatura média anual oscila em torno de 26°C, com pequena amplitude térmica e a umidade relativa é sempre superior a 80%.

Para o DNPM/Projeto RADAM BRASIL (1976) a área inventariada encontra-se na região Fitoecológica da Floresta Tropical Densa, sendo denominada pela sub-região da Superfície Dissecada do Complexo Guianense e seguida pela sub-região dos Interflúvios Tabulares do Planalto Dissecado Norte da Amazônia.

Conforme Coelho (1996) a construção do lago de Balbina envolveu o alagamento de aproximadamente 250.000 ha de floresta, contendo um volume de madeira (diâmetro à altura do peito DAP>40cm) superior a 18 milhões de metros cúbicos, quantidade equivalente a 1,3 vezes a extração anual de toda madeira da Amazônia.

De acordo com estudos realizados pelo Departamento de Silvicultura do INPA, conclui-se, teoricamente, que esses dados permitem estimar que esse volume de madeira disponível em Balbina proporcionaria às indústrias de Manaus (menos de 200 km de distância sobre rodovia de tráfego permanente durante todo o ano), uma interrupção de pelo menos 5 anos na abertura de novas frentes de exploração de atividades madeireira na Amazônia.

Mesmo sabendo desse potencial madeireiro da área, com espécies de grande valor comercial, os empresários madeireiros da Região não demonstraram interesse em retirá-las, porque, segundo eles, envolveria altos custos de exploração.

Uma descrição abrangente dos recursos florestais de Balbina encontra-se nos inventários realizados pelo Departamento de Silvicultura do INPA e pela empresa de consultoria JAAKKO POYRY. Essas informações estão apresentadas em fichas técnicas das 40 espécies selecionadas, com uma classificação em grupos de espécies por usos específicos e fotos ilustrando a superfície da madeira de lâminas faqueadas de cada espécie para uma melhor inspeção visual.

2.12 O FUTURO PARA AMAZÔNIA

A seguir, estão apresentadas as principais medidas a serem tomadas pelo governo Federal, Estadual e Municipal, visando propiciar um futuro melhor para a Amazônia, conforme a mídia local.

2.12.1 - Baixar o custo da energia

Para a ELETROBRAS, Empresas e Governo de Roraima discutem a tarifa de energia. Com o início da transmissão comercial da energia proveniente do complexo hidrelétrico de Guri/Macáguas, na Venezuela, para Boa Vista, as empresas concessionárias e o governo de Roraima estão na expectativa da decisão sobre o preço da tarifa de energia, que será determinado pela ANEEL.

Atualmente, o custo de produção da energia consumida em Roraima é de US\$ 125. Com a linha de transmissão de Guri, o custo por KW vai cair 80 %, de US\$ 125 para US\$ 26. O governo quer a redução da tarifa, mas as concessionárias Boa Vista Energia e Companhia Energética de Roraima (CER) esperam a manutenção do preço. (Gazeta Mercantil - AM - 19.07.2001)

2.12.2 - Integração das linhas de transmissão de energia

Conforme a ELETROBRAS, a ELETRONORTE investirá em linha de transmissão Manaus - Boa Vista. O sistema, independente, de geração de energia para a região Norte, será integrado ao sistema nacional dentro de dez anos. Há a linha de transmissão da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, para Boa Vista. O próximo passo desse projeto será a construção de uma linha de transmissão de Boa Vista para Manaus, um investimento de US\$ 180 milhões. (Gazeta Mercantil - AM - 24.07.2001)

2.12.3 - Interligação das linhas de transmissão de energia

Segundo a ELETROBRAS, a ELETRONORTE quer interligar Rondônia, Acre e Mato Grosso ao sistema nacional. Posteriormente À construção da linha de transmissão ligando Manaus à Boa Vista, a capital amazonense poderá ser interligada à Altamira, no Pará, onde está em estudo a construção de uma usina hidrelétrica. Até 2003, há uma forte possibilidade de estar interligados, Rondônia, Acre e Mato Grosso ao sistema nacional.

A previsão é de que, entre 2005 e 2010, os Estados do Amazonas e Amapá também estejam interligados, de forma que o Brasil tenha um sistema energético unificado.

2.12.4 - Aproveitamento do Gás de Urucu

Para Beltrão (1998), o gás produzido pela Petrobrás no campo de Urucu, na floresta amazônica, abastecerá as térmicas da capital do estado e de Rondônia, que operam movidas a óleo combustível. A Petrobrás tem reservas de 100 bilhões de m³ de gás natural no campo de Urucu, que ainda não são consumidos por falta de um sistema de transporte para os mercados consumidores. A reserva de Urucu pode produzir entre 12 e 16 milhões de metros cúbicos de gás com capacidade de geração de até 3.000 MW por ano, quase a produção da usina de Tucuruí (PA). O consumo no estado é de 620 MW, mas estima-se uma demanda reprimida de mais 200 MW, que pode entrar no sistema com o aumento da geração. Segundo estudos realizados, a reserva de gás de Urucu poderá abastecer o Estado do Amazonas por 30 anos.

Fim do subsídio - A troca de óleo diesel por gás natural também vai significar o fim do subsídio de R\$ 466 milhões por ano que os consumidores de energia de todo país pagam pela energia mais cara produzida no Amazonas. As distribuidoras são obrigadas a destinar 3% do que arrecadam com as tarifas de energia para a Conta Consumo Combustível (CCC). É uma espécie de fundo que subsidia a energia que não é hidrelétrica e tem custo superior. A CCC evita que o custo da tarifa nestas localidades não sejam tão superiores ao dos outros estados abastecidos apenas por hidrelétricas.

2.12.5 - O retorno do terminal exportador de Itacoatiara

Para Migueis (2001), durante a época áurea da borracha, Manaus foi o porto mais rico do País. Até a segunda década deste século, navios de todo o mundo subiam o rio trazendo mercadorias e retornavam carregados de borracha. Com o fim do ciclo da borracha, Manaus e o rio Amazonas perderam o papel de porta de saída do Brasil e a região mergulhou em um longo período de estagnação. Manaus se prepara agora para voltar a ser uma das portas de acesso da Amazônia ao mundo, com a construção do terminal graneleiro de Itacoatiara (AM), uma espécie de entreposto da hidrovia do rio Madeira. O Porto e a

Hidrovia são considerados pontos de partidas de um novo ciclo de desenvolvimento do Estado e possibilitará desenvolver a agricultura e levar a produção para os centros consumidores de todo o mundo.

Os reflexos do novo Porto na economia do Amazonas vão além da exportação da produção de Estados como Rondônia e Mato Grosso, beneficiados pela Hidrovia. O projeto do governo estadual é criar um núcleo de desenvolvimento no sul do Amazonas. Este Porto vai viabilizar o plantio de soja e milho na região de Humaitá (AM). Essa área é formada por campos naturais, sendo uma das poucas na Amazônia onde a agricultura em larga escala é viável sem causar prejuízos ambientais. Depois de lançar um programa de desenvolvimento destinado a inibir a destruição da floresta, será possível reproduzir a experiência da Hidrovia do rio Madeira nos rios Negro, Solimões, Juruá e Purus. Os planos do governo incluem também o estímulo à criação de aves e suínos em Itacoatiara e em Manaus, usando a soja e o milho que chegarão, a baixo custo, do Centro-Oeste e das futuras áreas de produção do Estado. O Porto está situado a 200 quilômetros de Manaus e é uma obra conjunta do governo estadual com o grupo André Maggi, tendo um custo total de R\$ 28 milhões. No terminal, transatlânticos de até 60 mil toneladas são carregados a uma velocidade de 1,5 mil toneladas/hora, sem filas de espera como ocorre nos portos do Sul do País. Com o novo porto, o Amazonas irá aumentar seu papel de exportador.

O problema todo do Amazonas, hoje, é preparar-se para o fim dos subsídios do Pólo Industrial que acontecerá em 2013. O Pólo Industrial foi o segundo ciclo de desenvolvimento do Estado, depois da borracha, mas a fórmula se esgotou.

2.12.6 - Pesca no Rio Solimões

Para Migueis (2001), o governo irá incentivar à pesca na região do Rio Solimões (nome recebido pelo rio Amazonas acima da foz do rio Negro). A idéia é fixar as populações ribeirinhas em seus lugares de origem para evitar o êxodo

para a capital. A produção pesqueira também poderá ser exportada e, para isso, o governo estuda a criação de centrais frigoríficas na região de Manaus e Itacoatiara.

A geração do frio necessário para as indústrias processadoras de peixe seria simples e barata. O governo federal confirmou a utilização do gás natural dos campos descobertos pela Petrobrás no rio Urucu, no Alto Amazonas, como combustível das termelétricas a gás que serão o novo modelo gerador de energia da Amazônia. Além disso, as termelétricas a gás não poluem e evitam desastres ecológicos. Como o gás, para ser transportado em barcaças pelo Amazonas, tem de ser liquefeito a baixas temperaturas, no momento de sua transformação de novo em gás há uma liberação intensa de frio, que seria usado nos frigoríficos.

2.12.7 - Projeto Caiauê

Conforme Migueis (2001), depois de passar praticamente 10 anos desativado, o projeto Caiauê, instalado no quilômetro 82 da BR 174 (Manaus/Roraima), para viabilizar a exploração da cultura do dendê, foi resgatado pelo Terceiro Ciclo, através do grupo Rezende, e reinicia suas atividades exportando, em média, 200 toneladas de óleo bruto de palma e palmiste por mês para o Estado de Goiás, além de poupas e adubo. O grupo Rezende tem hoje 260 mil pés de dendê em uma área de 2.080 hectares e conta com o acompanhamento técnico da EMBRAPA. Da cultura do dendê praticamente não se perde nada. Da palha são produzidos ração e adubo. Já seus resíduos são utilizados para substituir a lenha da caldeira da usina. Dos frutos são extraídos o óleo de palma e o óleo de palmiste.

2.12.8 - Novo Código Florestal

Para o SEMA (Secretaria de Meio Ambiente), infelizmente, parece que as autoridades governamentais ainda não se deram conta das implicações do mau uso dos recursos naturais da Amazônia. É urgente a aprovação de um novo Código Florestal objetivando assegurar a proteção do enorme patrimônio

genético brasileiro, que não se restringe à Floresta Amazônica. Faz-se necessária a aprovação de um projeto-de-lei que proponha normas de acesso à biodiversidade. Faz-se necessário também o estabelecimento de regras para o uso sustentado da Amazônia, que pode se dar pelo neo-extrativismo, sistema de exploração que aumenta em cinco vezes a produtividade da borracha sem prejuízos à espécie e permite a exploração sustentada de muitas outras culturas, a exemplo do açaí, do cupuaçu e do cacau.

2.12.9 - Extrativismo mineral

Para Beltrão (1998), o extrativismo mineral começa a assumir maior importância já que a região possui inúmeros recursos, até hoje pouco explorados: ouro no Pará, no Amazonas, em Roraima e no Amapá; ferro no Pará (serra dos Carajás), no Amapá e no Amazonas; sal-gema no Amazonas e Pará; manganês no Amapá (serra do Navio), no Pará (Carajás) e no Amazonas; bauxita no Pará (Oriximiná, no rio Trombetas e em Tucuruí), além de calcário, cassiterita, gipsita, linhita, cobre, estanho, caulim, diamante, chumbo e níquel.

2.12.10 - Projetos SIPAM/SIVAM e Calha Norte

Para Migueis (2001), o objetivo desses projetos é fazer frente ao narcotráfico oriundo da Colômbia, fator de grande inquietação no extremo norte do país e também defender a região da ocupação estrangeira, do desmatamento e das queimadas, através de imagens de satélite.

Embora seus objetivos declarados possam ser entendidos e até apoiados, subsistem dúvidas e desconfianças de algumas possíveis implicações, agravadas pela maneira atropelada de sua implementação a partir da total ausência de consulta ou participação da comunidade técnico-científica e das populações regionais, diretamente afetadas pelos programas.

2.12.11 - Desenvolvimento Sustentável para a Região Amazônica

Conforme Sarabia (1999), para promover o Desenvolvimento Sustentável na região, o Conselho Nacional da Amazônia Legal aprovou, em 1997, um conjunto de planos que inclui renovação tecnológica de atividades como mineração, garimpo, exploração de madeira e pecuária e modernização de atividades tradicionais como pesca, extrativismo, agricultura e navegação fluvial. Atividades como ecoturismo, silvicultura e bioindústria devem ter seu potencial mais bem explorado.

2.12.12 - Reservas indígenas

Para Coelho (1996), as reservas indígenas foram criadas com o objetivo de isolar os índios das populações brancas para que eles possam viver dentro de sua própria cultura, sem outras influências. Infelizmente, isto nem sempre acontece. As reservas muitas vezes são invadidas pelas madeiras e os índios não são respeitados. As interferências brancas acabam por destruir a cultura indígena, que está cada vez mais influenciada pela civilização branca.

Tais reservas já ocupam 12% do território Nacional, embora os índios representem menos de 1% da população brasileira. Existem reservas com apenas 3 mil índios, mas que têm até 9 milhões de hectares de extensão. As reservas são tão grandes que se um índio fosse atravessá-la à pé, levaria 70 anos. Quem está patrocinando e promovendo essa demarcação de terras é o G-7, grupo composto pelos 7 países mais ricos do mundo, que provavelmente estão fazendo isso com algum interesse além da preservação ambiental ou indígena.

2.12.13 - Combate a Biopirataria

O modo mais fácil, sensato e eficiente para impedir e combater a biopirataria seria a idéia sugerida pelo INPA: o Brasil descobrir o resultado primeiro e patentear o resultado. Porém, para isso, seriam necessários pesados investimentos em pesquisa, o que não vem ocorrendo no Brasil e na Amazônia,

nos últimos anos. Ao contrário dos outros estados brasileiros, o Amazonas não tem fundos de incentivo à pesquisa.

Há um consenso entre estudiosos de que o governo federal se preocupa mais com a compra de tecnologia estrangeira pronta do que com o desenvolvimento de tecnologia própria, o que acaba custando muito mais caro, não sobrando, assim, dinheiro para a pesquisa.

Conforme o INPA, o que acontece é que os estrangeiros vêm ao Brasil, colhem amostras de flora/fauna, levam para seu país, que tem fundos de apoio a pesquisa, descobrem novas tecnologias e depois vendem ao Brasil por preços muitas vezes abusivos.

2.12.14 - Desmatamento

De acordo com Dias (2000) para resolver o problema do desmatamento na Amazônia, o governo deverá experimentar medidas enérgicas contra a devastação de hoje e criar uma cultura ecológica para as novas gerações, para impedir a devastação de amanhã. É necessário conscientizar as populações amazônicas de que a floresta deve ser preservada pelo bem mundial. Só assim os resultados serão visíveis no futuro. A primeira medida para proteção da Amazônia será a fiscalização intensa contra as madeireiras internacionais, buscando, com isso, tempo e apoio de outros países para que parem de importar madeira amazônica. Se as madeireiras estão levando as nossas madeira para vender é porque há mercados internacionais interessados nela. Acabando com o mercado, corta-se o mal pela raiz, as madeireiras diminuem e a fiscalização fica mais fácil.

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - EMPÍRICA

3.1 - TURISMO SUSTENTÁVEL

Para Ruschamm (1999) a região Amazônica deverá buscar no Turismo Sustentável uma saída para recuperação das áreas devastadas, preservação das áreas intocadas e manutenção do meio ambiente, com apoio das comunidades locais, através de uma política de preservação.

3.2-TURISMO SUSTENTÁVEL COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO

Para a EMBRATUR, o crescente interesse mundial pelos programas voltados ao turismo verde, ou de aventura, que proporcionam o contato direto do turista com a natureza, faz com que o Brasil se posicione como espaço ideal a este novo e promissor segmento do mercado.

Para Branco (1995), nessa condição, a Região Amazônica se sobressai mundialmente pelas suas dimensões e por conter áreas contínuas de florestas intocadas, naturais e de valor inimaginável, abrigando no seu interior o maior número de espécies de fauna e flora do planeta. Apesar dos graves casos de devastação já apontados nesse trabalho, a floresta ainda é considerada por muitos estudiosos, o alicerce de equilíbrio ecológico e climático da Terra. Por toda essa grandiosidade, muitos turistas se sentem atraídos para a Região, fazendo com que a atividade de turismo cada vez mais cresça e se torne um fator econômico de destaque.

Para a SEMA, (Secretaria de Meio Ambiente), o turismo, como nova atividade econômica, está surgindo na Amazônia em função da exótica beleza

existente na região. Essa condição está sendo o principal motivo na implantação e desdobramento dessa atividade, cuja utilização, em larga escala, possibilitará o rápido desenvolvimento da região onde estará sendo explorada.

O socorro financeiro externo para incrementar esse projeto turístico será bem vindo, pois, no que se refere às florestas, o Brasil enfrenta problemas e dificuldades sócio-econômicos significativas, que acabam por acarretar uma carência de recursos bem acentuada no tocante a estudos, planejamentos e proteção ambiental, que somadas à falta de fiscalização e controle das autoridades, aceleram o processo de destruição da floresta.

Na maioria das vezes, essa forma de destruição ocorre por objetivos econômicos, na busca do desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura, à pecuária e à mineração, feitas à revelia, sem o rigor e o controle de normas científicas e sem a supervisão de técnicos. Daí buscar-se no Turismo uma forma de se restabelecer a vida da floresta, sem perder de vista os objetivos econômicos e sociais, com a integração do turismo, do meio ambiente e da comunidade.

Para Ruschamm (2001), apresentando condições intrínsecas e significativas para a conciliação do desenvolvimento com o meio ambiente, o Turismo Sustentável é o elo dessa tendência. Possibilitará a prática da educação ambiental e, com isso, restabelecerá o equilíbrio e a harmonia da natureza, com a participação da comunidade local e dos visitantes em todas as fases do processo.

No Brasil o órgão competente para legislar sobre essa matéria é a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), órgão oficial da atividade turística no país. Esse órgão normativo já elaborou uma legislação específica para o desenvolvimento das diversas formas de Turismo. A EMBRATUR conceitua o Turismo Sustentável como sendo a atividade desenvolvida em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações

com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica nacional, com a participação ativa da comunidade do local onde está sendo realizado. O Instituto delimitou as áreas de interesse turístico nas quais os programas e equipamentos ecológicos encontram uma grande variedade de ecossistemas que, pela sua beleza, exotismo e conservação formam um patrimônio único para sua comercialização junto à demanda turística nacional e internacional. Estes recursos naturais se encontram dispersos por todo território brasileiro, em diversas áreas, sendo a floresta Amazônica uma delas.

Ainda que possua uma legislação atualizada a implantação de equipamentos e de programas direcionados para as diversas formas de turismo desenvolvidos no Brasil ainda ocorrem sem o controle e fiscalização necessário e, por isso, alguns deles originam uma série de impactos ao meio ambiente, expondo a sobrevivência dos ecossistemas e, conseqüentemente, a atratividade dos locais visitados. Esses impactos ambientais seriam todas as modificações que acontecem nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente natural, causados por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas ligadas ao turismo.

3.3 - TURISMO - A MELHOR DEFINIÇÃO

Para Fernandes (1995), Turismo é o gosto por viagens com fins recreativos, e Turista é a pessoa que gosta de participar desse tipo de viagem. Em uma definição do INSEE (Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques de Francia), afirma que, turismo é um conjunto de funções econômicas exercidas para satisfazer as necessidades dos turistas. Na visão da maioria dos estudiosos do assunto é possível dizer que turismo é uma atividade humana intencional, que serve como meio de comunicação e integração entre os povos. É um período curto de deslocamento de pessoas – que têm dinheiro disponível para tal exercício – para outra região, seja cidade ou continente a fim de obterem alguma satisfação.

Já para quem os recebe, cidade ou país, o turismo é uma forma de indústria e comércio, pois os produtos consumidos no local pelos turistas são oriundos da própria região. Assim, é através da vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade que se podem perceber os benefícios ou malefícios provenientes deste fenômeno social tão em voga.

Salvati (2002), discorda dessa declaração quando afirma que o turismo não é como uma indústria. Para ele, o exercício turístico é prestação de serviços e o mesmo pode ser um instrumento de descaracterização da cultura das comunidades anfitriãs e, sendo assim, pode fazer o bem para as mesmas ou ser um grande causador de graves impactos no meio ambiente.

Conforme Ultramari (1999), é possível se afirmar que turismo é algo de grande importância na vida social, econômica, política e cultural da comunidade regional, que deve ser realizado tendo como prioridade a proteção dos recursos e ecossistemas naturais, bem como o respeito e a melhoria da qualidade de vida de ambos os lados, turistas e comunidade.

Para Ruschamm (1999) o turismo passa, atualmente, por um período caracterizado por uma nova sensibilidade, na qual se discute a necessidade do controle do turismo de massa e o desenvolvimento de outras formas, como o alternativo, brando e responsável. O turismo ecológico se insere neste contexto e, seguindo a orientação dos demais, que divulgam a conservação da autenticidade dos meios naturais e das comunidades receptoras para as gerações futuras, encontra no Desenvolvimento Sustentável uma das alternativas para a conservação dos seus recursos naturais.

Na visão de Pearce e Turner (1990), Desenvolvimento Sustentável é aquele que pretende maximizar e otimizar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico, baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais se manterão os serviços turísticos, a fim de que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados dentro de um futuro previsível.

Conforme Ruschamm (1999) para se entender melhor o conceito de Turismo Sustentável é preciso que se entenda que a palavra sustentável vem acompanhada de preocupações ambientais, ecológicas e humanas e o turismo faz parte desse conceito de Desenvolvimento Sustentável. Diante dessa preocupação com as pessoas, com o lugar que está sendo visitado e explorado, o turismo estará sendo proveitoso, sustentável, pois também haverá a preservação, ou seja, a tentativa de livrar o que está sendo "redescoberto" de perigos futuros como a devastação, a poluição e a descaracterização cultural, social e ambiental do lugar. Conservar, nesse caso, é fazer durar, guardar cuidadosamente, melhorar ou, no mínimo, manter natural o que já existe. Essencialmente sustentável, na visão de Ruschamm (1999) quer dizer algo que pode se sustentar. No entanto, não é possível que algo se sustente, se tudo que o envolve não estiver funcionando com o mínimo de organização.

Para Ruschamm (1999), no século XVIII o turismo era caracterizado pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras. A partir daí, foram surgindo novas nomeações e projetos baseados em fazer turismo. Sem uma devida organização e preocupação, os impactos sobre o meio ambiente começaram a aparecer e, com o passar dos tempos, foram se tornando objeto de estudos e pesquisas, isso já no início da década de 1980. Por falta de conhecimento dessa complexa relação turismo e meio ambiente, aliado à falta de coordenação entre política de desenvolvimento e política ambiental, houve um descaso acentuado no exercício do turismo, a ponto da conservação ambiental ser vista como oposição à política de desenvolvimento.

No entanto, hoje, com muitos estudos e pesquisas já realizadas em torno do assunto, prevalece à visão de que o conceito de Turismo e Desenvolvimento Sustentável está ligado diretamente ao de proteção ambiental. Portanto, há um consenso quando se define Desenvolvimento Sustentável como uma política que visa salvaguardar o ambiente e a qualidade de vida na comunidade regional, e como consequência, um desenvolvimento econômico e sustentável ecologicamente, onde conservação e preservação ambiental são as metas que

garantem às gerações futuras, empregos, distribuição de renda, enfim, melhoria de vida em seu sentido mais amplo.

3.4 - TURISMO SUSTENTÁVEL – UMA OPÇÃO PARA A AMAZÔNIA EM GERAL

Para Ruschamm (1999), o Turismo é uma expressão entendível em várias línguas ou dialetos e para ele não existe fronteira. Por isso, deve ter por parte de todos os envolvidos no processo turístico, sejam eles turistas, agentes de viagens e governo de cada país, um estudo, um planejamento adequado, estratégias competentes que possam agradar tanto ao visitante quanto ao local e às pessoas visitadas. É através dessas providências, e mais um controle sério e eficaz do fluxo dos turistas, a prática turística direcionada para o bem estar das pessoas, com adaptação, preservação e conservação do meio ambiente, ou seja, a interação de todo o sistema, natureza e sustentabilidade de mãos dadas em busca do melhor.

Conforme Sarabia (1999), para a Região Amazônica, assim como para outros lugares, o Turismo Sustentável é recomendável porque garante e assegura os diferenciais turísticos, o processo racional de exploração de recursos ambientais, naturais e histórico-culturais; preocupa-se com o espaço a ser ocupado e com a conservação e preservação das características originais do ambiente. Também abrange a preocupação com a população do local visitado, pois essa deve estar inserida no processo produtivo da região e com todo o sistema de comercialização do produto turístico final – que é a sua própria terra, natureza, cultura e costumes.

A impressão que fica é que o Turismo, como opção sustentável para a Amazônia, só surtirá os efeitos necessários se houver um maior controle sobre os impactos ambientais, um maior conhecimento sobre o clima, a educação do local, a criação de agências administrativas em regiões candidatas a receptoras do exercício turístico e com equipamentos adequados para as visitas. Também deverá ser feito um reconhecimento prévio sobre a capacidade de carga que a

área escolhida suporta, a fim de evitar a sobrecarga da região visitada, pessoas em demasia e desconforto. Uma informação precisa, nesse sentido, certamente ajudará na estruturação do lugar a ser visitado. A falta de informações básicas para uma ocasião qualquer poderá provocar sérios desacertos, pois a adaptação do ser humano a ambientes hostis e naturais tem como peculiaridade um certo período de adaptação. Às vezes ocorrem vicissitudes e desacertos, com conseqüências trágicas até. Entre as medidas acauteladoras contra acidentes podemos citar a vacinação contra as endemias tropicais como, por exemplo, a febre amarela e a hepatite.

3.5 - DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE DE CARGA

Para Dias (2000) a determinação da capacidade de carga constitui a base para o planejamento do turismo nas áreas com recursos naturais de fragilidade e beleza. Sua determinação é fundamental para o desenvolvimento de um turismo limitativo e capaz de salvar os recursos naturais ameaçados. Para Lozato e Giotart (1992) a capacidade de carga é definida como sendo o número máximo de pessoas que um recurso turístico pode suportar, antes que ocorram impactos negativos no ambiente físico e social. A fixação da capacidade de carga de determinado recurso natural depende de seus aspectos físicos (clima, paisagem, recursos hídricos e território) e das características sócio-econômicas, tanto dos turistas quanto das comunidades receptoras.

No caso do Turismo Sustentável, a capacidade de carga deverá ser estabelecida dentro dos limites mais baixos possíveis, devido à alta fragilidade dos ecossistemas nos quais são implantadas as facilidades turísticas, uma vez que a preservação é um fator primordial e considerável na prática dessa forma de turismo.

3.6 - IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Para Ruschamm (1999) os impactos ambientais do Turismo Sustentável no Brasil, não têm sido estudados e analisados de forma ordenada e as

ocorrências aqui citadas, são frutos de observações diretas e empíricas de viajantes, relatórios de grupos de empresários que organizam viagens, de guias ecológicos e de ambientalistas. A avaliação dos impactos ambientais do Turismo Sustentável apresenta-se como base para a determinação de medidas preventivas e corretivas, que visam conservar a atratividade e a originalidade das áreas com recursos naturais consideráveis. Neste estudo, avaliam-se os impactos da atividade na região estudada e sugere-se um planejamento cuidadoso por ocasião da elaboração de um projeto de turismo que, no final, promova o desenvolvimento sustentável do turismo baseado na determinação da capacidade de carga dos recursos naturais e ainda, em função das peculiaridades regionais. Esse planejamento cuidadoso visa à preservação dos ecossistemas para o atendimento das expectativas dos novos segmentos do mercado turístico, que buscam no Turismo Sustentável a integração da indústria e do comércio com a natureza.

3.6.1 - Impactos ambientais e sócio-culturais do Turismo Sustentável que podem ocorrer em uma determinada região.

Para a SEMA, (Secretaria de Meio Ambiente), são esses os impactos ambientais que podem ocorrer no meio ambiente, pela utilização do Turismo Sustentável, implantado de forma errônea e sem um eficiente acompanhamento do processo:

- Impactos positivos nos Ambientes Naturais.

(a) Criação de áreas, programas e entidades (governamentais e não-governamentais) de proteção da fauna e flora.

- Impacto positivo nos Ambiente Socioculturais

(a) Residentes locais e até mesmo ambientalistas se alistam nos programas de ecoturismo e atuam como guias e instrutores na orientação e educação

ambiental das comunidades locais e dos visitantes e, muitas vezes, tornam-se proprietários e administradores dos seus próprios *lodges*;

(b) Integração, campanhas e programas de educação ambiental para crianças, adultos, turistas e moradores das localidades turísticas;

(c) Manutenção e desenvolvimento do orgulho étnico. As comunidades receptoras do turismo passam a sentir orgulho das suas características culturais e da originalidade dos recursos naturais da sua localidade. Alistam-se nas campanhas preservacionistas, fiscalizam as ações devastadoras dos turistas e atuam como guias dos passeios pelas matas;

(d) As comunidades receptoras do turismo acabam se favorecendo com a atividade. Beneficiam-se, principalmente, no atendimento de suas necessidades básicas, utilizando-se dos barcos que transportam os turistas para irem às cidades mais próximas em busca de alimentos, vestuário e medicamentos para uso próprio, além de trabalharem nos equipamentos e de fornecerem artesanatos e alimentos fabricados por eles mesmos aos hotéis ecológicos;

- Impactos Negativos nos Ambientes Naturais.

(a) Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos cuja arquitetura, material e estilo contrastam e danificam o meio natural;

(b) Desmatamento para a construção dos *lodges* e de equipamentos de apoio;

(c) Poluição sonora e ambiental provocadas pelos motores dos barcos e pelos geradores, necessários ao funcionamento dos *lodges*;

(d) Contaminação das fontes e mananciais de água perto dos alojamentos, provocada pelo lançamento de esgoto e lixo “in natura” nos rios, lagos e lagoas;

(e) Coleta e destruição da vegetação nas margens das trilhas e nos caminhos das florestas.

(f) Erosão de encostas devido ao descuido e à falta de drenagem das trilhas.

(g) Alargamento e pisoteio da vegetação das trilhas e caminhos.

(h) Abandono de lixo e de restos de alimentos ao ar livre, que atraem insetos e provocam mau cheiro;

(i) Ruídos que assustam e provocam a fuga dos animais dos seus ninhos e refúgios; por exemplo, músicas, assobios, gritos, palmas, apitos, tiros;

(j) Alimentação de animais silvestres com produtos químicos, conservantes e outros que, constituindo uma dieta estranha à habitual, provocam doenças e até a morte dos animais;

(k) Caça e pesca predatórias e em épocas e locais proibidos;

(l) Incêndio nas áreas mais secas, provocados por fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos, ou cigarros;

(m) Acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, montanhas, nos rios e lagos.

(n) Uso de sabonetes e de detergentes contaminam águas dos rios e lagos, comprometendo a pureza, a vida dos peixes e a vegetação aquática;

(o) Coleta e quebra das estalactites e estalagmites das grutas e cavernas para serem utilizados como *souvenirs*;

(p) Alteração da temperatura das grutas e cavernas e o aparecimento de fungos nas rochas, causados pelo sistema de iluminação utilizado;

(q) Pintura e rasura nas rochas, ao ar livre e dentro das grutas e cavernas, com a intenção dos turistas em deixar a sua marca como lembrança e registro de sua passagem;

(r) Compra e o transporte ilegal da flora e da fauna para outras regiões. Geralmente os animais não se adaptam a essa nova forma de vida e acabam morrendo;

- Impacto negativo nos Ambientes Socioculturais

(a) Migração de pessoas originárias de regiões economicamente debilitadas para os novos pólos turísticos, em busca de empregos, provocando excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de moradias;

(b) Especulação e aumento dos preços das mercadorias e de imóveis;

(c) Isolamento de prostitutas e mendigos descuidados, das cidades próximas às áreas receptoras, para não causar conflitos, má impressão dos locais perante os turistas, principalmente estrangeiros;

(d) Descaracterização das tradições e costumes das comunidades receptoras, cujos ritos e mitos diferentes e improvisados, descaracterizado do original, muitas vezes são transformados em *shows* para os turistas;

(e) Sentimentos de inveja e ressentimento frente aos hábitos e comportamentos dos diferentes turistas, principalmente com relação ao padrão de vida e à ostentação de tempo livre e dinheiro, quase sempre escassa para os moradores das localidades visitadas;

(f) Disseminação de doenças, drogas, prostituição, assaltos seguidos de mortes, roubos, furtos, estupros e outras formas de violências praticadas;

(g) Mau atendimento, despreparo no trato com os alimentos, falta de higiene;

Por tudo o que foi exposto, percebe-se que os impactos negativos do Turismo Sustentável sobre o meio ambiente, natural e sócio-cultural, superam os pontos positivos. Esses fatores não podem ser ignorados pelos órgãos governamentais e pelos empresários do setor, pois os danos, na maioria das vezes, são irreversíveis e comprometem a característica natural do meio, que é o motivo principal da vinda dos turistas, que buscam uma viagem inesquecível, junto aos ambientes ecologicamente conservados. Sendo assim, as medidas de controle, a fiscalização e o rigor no cumprimento das leis ambientais devem ser irrestritos, com preocupação e vigilância constantes.

3.7 - AS ALTERNATIVAS PARA UM EQUILÍBRIO ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL

Para a EMBRATUR, o exotismo e a diversidade dos recursos naturais do Brasil atraem uma demanda interna e externa significativa e estimulam a instalação de uma infra-estrutura hoteleira e de programas para o turismo que, muitas vezes, comprometem irremediavelmente os recursos naturais que promoveram sua criação.

A busca do equilíbrio necessário ao desenvolvimento da atividade que beneficie a conservação ambiental, os turistas e as comunidades receptoras envolve, essencialmente, um planejamento sério e com a colaboração de vários setores de nossa sociedade. Este planejamento deverá considerar que a conservação dos recursos naturais de notável valor paisagístico deve atentar para o fato de que o meio ambiente é considerado um patrimônio público e o aspecto de sua conservação ecológica deverá estar equilibrado pelo uso comum da população, possibilitando a todos os cidadãos o contato com a natureza. Entretanto, este privilégio não concede às pessoas, tanto turistas quanto moradores da região, o direito de devastar, agredir e destruir os locais que visitam, colocando em risco a beleza natural e os exemplares da flora e fauna ali contidos.

Por isso, deverá haver equilíbrio entre o Turismo e a natureza, onde a segunda constitui a matéria-prima para o primeiro, regulado e disciplinado. Dentre as principais ações destinadas a dar impulso a um relacionamento harmonioso entre o Turismo Sustentável e a preservação, com a participação da comunidade local, recomenda-se o seguinte, com base na experiência prática, observação e estudos realizados em todo o mundo:

a) uma educação ambiental dos turistas e das comunidades receptoras apresenta-se como fundamental para a conservação ambiental das áreas onde ocorre o turismo ecológico. É imprescindível que os turistas desenvolvam comportamentos sociais mais responsáveis e atitudes preservacionistas durante suas viagens. As comunidades receptoras deverão ser conscientizadas da importância da atividade em si e da conservação da autenticidade dos recursos naturais, pois deles depende o futuro turístico da localidade e, conseqüentemente, suas oportunidades de emprego e de complementação do orçamento doméstico;

b) a capacitação de recursos humanos, especialmente treinados para a operação de equipamentos e de programas ecológicos e hotelaria, em muito contribuirá para a preservação dos recursos naturais utilizados para o turismo ecológico e para um bom atendimento. Além do desenvolvimento de cursos de guias ecológicos, recomenda-se o treinamento das comunidades locais, cujos integrantes conhecem intensamente as áreas e poderão participar dos programas como guias nas trilhas e caminhos da floresta, dar instruções sobre os perigos e as condições de sobrevivência na selva e a utilização de plantas e sementes comestíveis. Além disso, os pantanais e florestas possuem encantos, lendas e magias que fascinam os turistas e ninguém melhor do que um nativo para contá-las, dando-lhes o tom, o suspense e o mistério característicos da selva. Esses nativos podem ser preparados e treinados para serem fiscais na forma, no uso e na aplicação dessa modalidade de turismo;

c) a intensificação da fiscalização dos empreendimentos e programas voltados para o Turismo Sustentável são da mais alta relevância. No Brasil, a

responsabilidade oficial pela atividade é da EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo), que atua em conjunto com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A legislação brasileira do turismo prevê uma série de critérios e normas específicas para os equipamentos de hospedagem considerados ecológicos, que, muitas vezes, carecem da necessária fiscalização e controle, tanto na implantação quanto na operação dos equipamentos;

d) os estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seus respectivos relatórios (RIMAs) são instrumentos imprescindíveis para a preservação da autenticidade dos recursos naturais de interesse turístico. Estes estudos, realizados quando os equipamentos ainda estão, na fase de projetos, são desenvolvidos por equipes interdisciplinares e determinam as diretrizes necessárias de acordo com as particularidades dos projetos e das características ambientais da área onde pretendem ser implantado.

A legislação exige a elaboração de EIAs e RIMAs para estradas, loteamentos urbanos e rurais, marinas e também para os equipamentos de turismo e lazer. De acordo com o resultado dos estudos, os projetos poderão ser aprovados integralmente, sofrer algumas alterações ou então ter recusada a sua implantação;

e) o zoneamento detalhado dos recursos naturais, identificando e classificando as diferentes áreas, de acordo com a fragilidade dos ecossistemas, permitirá o estabelecimento de critérios que irão liberar ou proibir sua utilização para o turismo ecológico. Na América Latina utiliza-se o sistema de classificação de terras que divide as áreas naturais em sete zonas de manejo, segundo estudos de Roa (1986, p. 191) “intangível, primitiva, de uso intensivo, de uso extensivo, histórico-cultural, de recuperação natural ou de uso especial”. Além disso, é necessário estudar e delimitar as áreas de acordo com suas características específicas, tais como foram sugeridas pelo SEMA (Secretaria de Meio Ambiente), “secretaria de arribação, áreas de formações vegetais nativas associadas à fauna, áreas de ocorrência de mamíferos” (SEMA, s.d.), e através

desses dados, determinar as trilhas em mapas e marcos de orientação de campo nas áreas passíveis de receberem visitantes.

3.8 – MODALIDADE DE TURISMO EXISTENTE NA AMAZÔNIA

Segundo a EMBRATUR, já existem na Região Amazônica alguns programas ecológicos e com unidades habitacionais de selva oferecidos aos turistas, proporcionando oportunidades únicas e, certamente, inesquecíveis. Os hotéis são rústicos, construídos com materiais da região e sua arquitetura, integrada à natureza, associa a paisagem com os ecossistemas nos quais se situam. Geralmente se localizam em áreas de florestas densas, longe da vida urbana, próxima a rios e lagos, proporcionando muito ou pouco conforto ao visitante, o que é compensado pelo ambiente natural circundante.

O acesso ao local é realizado por meio de barcos a motor, a partir dos grandes centros urbanos; a viagem pode durar de duas a quatro horas, dependendo da distância entre os *lodges* e o aeroporto mais próximo.

Realizam-se programas, com duração de dois a quatro dias (dependendo do tempo de estada; há turistas que permanecem até duas semanas), que abrangem uma série de atividades diurnas e noturnas, tais como pescaria, banhos, safaris fotográficos, passeios (de canoa nos igarapés e de barco nos rios), apreciação de fauna e flora, vista do pôr do sol em uma região praticamente intocada pelo homem (uma inesquecível imagem que os visitantes jamais irão se esquecer), além de muitas outras atividades.

Os turistas podem ser classificados em *hard* e *soft* (isto se aplica a intensidade da participação física e também ao nível de interesse nos estudos do meio ambiente). Os visitantes *hard*, normalmente são estudiosos ou cientistas e, quando estão na floresta, alojam-se de forma rudimentar, têm atividade física intensa (caminhadas) e pesquisam flora, fauna, as comunidades indígenas e a composição dos solos. Já os denominados *soft* são apreciadores da natureza e, nas viagens ecológicas, acabam unindo as atividades recreativas com o interesse

pela história natural. Suas atividades físicas estão relacionadas com os passeios a pé, de canoa ou de barco a motor; preferem um nível de conforto melhor, mais sofisticado (gelo para os seus *drinks* e luz elétrica, providos por grandes geradores movidos a óleo diesel).

A intensidade dos impactos dessas atividades sobre os ecossistemas varia de acordo com a observação ou não dos limites da capacidade de carga de cada região, quando da construção de *lodges* ou do número de pessoas que participam das atividades.

3.9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TURISMO

- O Turismo como atividade econômica no Brasil

Segundo a EMBRATUR, interligadas nos níveis econômico, operacional e administrativo, as atividades de turismo, entretenimento e hotelaria compõem uma das maiores indústrias do mundo. No contexto de mudanças globais que afetam aspectos culturais, educacionais e de educação em geral, estas atividades moldam uma indústria em rápida expansão, cujo movimento gera riqueza, cria empregos e aciona imensas somas de impostos, atuando como âncora para uma imensa teia de investimentos e oferecendo serviços para mercados cada vez maiores.

Para a EMBRATUR, depois da estabilização da economia, a partir de 1994, US\$ 7 bilhões foram aplicados por empresas estrangeiras no setor. De acordo com a ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - estão sendo implantados atualmente no Brasil, pela iniciativa privada, projetos turísticos avaliados em cerca de US\$ 6 bilhões - são novos hotéis, *resorts*, pousadas - empreendimentos estes que criarão 140 mil empregos diretos e 420 mil indiretos.

Segundo estimativas da *World Travel and Tourism Council - WTTC*, o setor de turismo deverá atingir em todo mundo, no ano de 2007, um resultado bruto de US\$ 7,1 trilhões.

No cenário de mudanças rápidas e profundas dos últimos anos, a indústria tem demonstrado, no Brasil, capacidade de crescimento acelerado, com elevações expressivas na venda de pacotes turísticos para destinos domésticos, investimentos de diversas companhias internacionais de turismo e hotelaria previstos para os próximos anos e dezenas de empreendimentos de lazer devem ser inaugurados nas diversas capitais. A previsão é de que, em 5 anos, somente o setor de entretenimento esteja movimentando US\$2,4 bilhões/ano (EMBRATUR. 2000).

A importância do setor na geração de emprego e renda contribui, conseqüentemente, para a diminuição das desigualdades. Segundo dados da EMBRATUR, o turismo representa 4% do PIB nacional e faturou já em 1999, US\$ 25,8 bilhões, com um impacto de US\$ 7 bilhões na arrecadação de impostos (EMBRATUR. 2000);

Forte fator de atração e permanência de visitantes, o movimento do setor de entretenimento estimula e é ativado pela expansão da atividade turística, encontrando no ecoturismo um dos segmentos de grande destaque.

Há grandes perspectivas para o mercado de turismo no Brasil; várias cadeias internacionais de hotéis têm se estabelecido aqui. A rede Íbis, por exemplo, segmento de hotelaria econômica da francesa *Accor*, quer terminar o ano de 2002 com 23 estabelecimentos instalados no país, contando os 13 já em funcionamento. A meta é chegar a 2005 com 50 hotéis. Essa expansão deverá levar o país ao terceiro ou quarto lugar no ranking de mercado do Íbis (EMBRATUR. 2000).

- Turismo Sustentável na promoção de metas sociais e econômicas

Para o Presidente do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO), Henrique Iglesias, o Turismo é um instrumento de integração cultural e econômica, bem como uma força motriz para o crescimento econômico da região onde está sendo utilizado, pois os benefícios do setor

devem ser distribuídos entre toda a população. Essa medida é levada em conta, tendo em vista que a comunidade aceita os impactos negativos do turismo e, por sua vez, a população local deve compartilhar também os benefícios. Para o BID, na medida em que o turismo está sendo aplicado em uma determinada área, esforços especiais devem se envidados ao mesmo tempo, para evitar efeitos sociais negativos.

Em manifesto recente, o Presidente do BID enfatizou a necessidade de um planejamento cuidadoso na construção de infra-estrutura para o Turismo. Admitiu que obter consenso no desenvolvimento do turismo requer um processo "longo e completo" e pediu a criação de mecanismos institucionais que tornem o processo mais eficiente.

A experiência do BID no setor de turismo também tem demonstrado a necessidade de que os membros das comunidades locais sejam capacitados para satisfazer às demandas diretas dos turistas, bem como para garantir os serviços públicos básicos. A capacitação produz empregos, que por sua vez contribuem para a estabilidade da indústria do Turismo e aumentam a tolerância da população local em relação aos impactos inevitáveis do Turismo.

O Presidente do BID solicitou uma participação significativa do setor privado. Para que isso ocorra, empresários e investidores potenciais devem receber informações completas, não apenas sobre as atrações turísticas, como também sobre a demanda de Turismo, a disponibilidade de pessoal capacitado e a oposição local a investimentos em Turismo.

Em observações recentes, o BID ratificou a importância do Turismo como um mecanismo de inclusão social, ressaltando que seus benefícios fluem para todos os segmentos da sociedade, desde os investidores e proprietários de hotéis, até artesãos, guias, funcionários de hotéis e muitos outros. Segundo o BID, Ecoturismo, agregado à consciência da estrutura necessária para sua prática, oferece uma rica diversidade cultural, resgatando o modo de vida de

nossos ancestrais. Desperta-nos o desejo de estarmos cada vez mais próximos da natureza contemplando-a na sua plenitude.

Para o BID, o crescimento da demanda no mercado do Ecoturismo, demonstra o expressivo potencial natural e cultural existentes no Brasil. Mas, torna-se necessária a ordenação natural do meio ambiente, gerando recursos adicionais para garantir a preservação dos locais visitados.

O desenvolvimento do Ecoturismo exige um planejamento que permita impedir o processo de degradação da natureza, ocasionada principalmente pela urbanização desenfreada e desprovida de controle estrutural, responsável pela produção de resíduos (lixo), sem tratamento.

Para o BID, o Brasil ainda não pode ser considerado como um país desenvolvido no Ecoturismo. A Europa tem uma tradição e um trabalho avançado, entendendo que fazer Ecoturismo, priorizando apenas a beleza do litoral, não é o suficiente para o desenvolvimento deste segmento. Há alguns anos, criaram um grande movimento, com a participação de governos e ONGs, para treinar empresários do setor, guias, entre outros, para receber turistas e transformar suas riquezas naturais em um atrativo sustentável.

Na estatística da EMBRATUR, calcula-se que o mercado mundial neste tipo de Turismo seja da ordem de 8 milhões de pessoas, partindo dos Estados Unidos, 20 milhões da Europa e de 2 a 3 milhões saindo de outros Continentes. Desse conjunto, de aproximadamente 30 milhões de turistas, o Brasil recebe menos de 1 %. A Amazônia, considerada como a grande estrela do país, uma das últimas reservas florestais do planeta, apresenta uma grande diversidade biológica e altos graus de endemismo da flora e da fauna, recebe menos de 0,16%.

Para o BID, em virtude de vários estudos realizados, constatou-se que o maior problema brasileiro é a falta de mão de obra qualificada, seguida pela falta de regularização fundiária das áreas de uso indireto e inadequada infra-

estrutura, exigindo do poder público uma ação imediata para proteger adequadamente estas áreas, cumprindo seu importante papel ecológico e social.

Para a EMBRATUR, um outro fator que influencia negativamente o desenvolvimento do ecoturismo brasileiro, é a importação de modelos de exploração de recursos turísticos e de conservação ambiental inadequados para o país.

De maneira geral, as condições fundamentais para que a atividade ecoturística se fortaleça, o grande desafio, é saber respeitar a comunidade local, preservar o meio ambiente e, principalmente, gerar uma consciência ambiental no turista.

Para a Embratur, o Ecoturista é aquele que viaja para ambientes ricos em paisagens e bens culturais, visando apreciar as belezas do lugar e se dispõe a pagar para manter e usufruir o contato direto com a natureza e costumes da região.

Para Fernandes (1995), Ecoturista é aquela pessoa que, quando visita um local, está mais interessada em saber a localização dos rios, das estradas, os nomes das plantas e animais da região e não fica muito preocupada com as instalações dos hotéis ou com os equipamentos utilizados na viagem.

Para o BID, é essencial que o Ecoturismo consiga se desenvolver através de uma cultura ambiental, alertando sobre o perigo da destruição dos ecossistemas. O Ecoturismo precisa representar um símbolo e um suporte para o equilíbrio do nosso planeta, exigindo sabedoria e sensatez de quem o pratica dentro de uma metodologia com vistas ao desenvolvimento sustentável da atividade turística, que tem na proteção do meio ambiente à base para a sua implantação.

3.10 - TURISMO SUSTENTÁVEL TERÁ CERTIFICAÇÃO MUNDIAL

Para o MPT (Movimento Partido Da Terra), só existe verdadeiro desenvolvimento quando se compatibiliza a economia com a ecologia e a preservação dos valores culturais e humanistas. Muito do que hoje se chama "desenvolvimento" é uma mera transferência de recursos do subsolo para a atmosfera e a água, numa atitude predatória sem paralelo na história da humanidade.

O Turista interessado em qualidade, quando viaja, pode buscar hoje cerca de 100 tipos de certificações turísticas diferentes, conforme o destino e o tipo de selo procurado, entre os ambientais, sociais e econômicos. A Organização Mundial de Turismo (OMT) quer mudar esta confusão, unificando tudo numa única certificação de Turismo Sustentável. E o Brasil é candidato a testar um projeto piloto do novo selo, a ser detalhado com a ajuda de uma coalizão de 25 organizações não-governamentais (ONG) coordenadas pela *Rainforest Alliance*, que já tem experiência com o turismo certificado.

No Brasil, diversas ONGS, como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Imaflora e Fundação SOS Mata Atlântica, estão se organizando em câmaras técnicas para discutir padrões e propor projetos para esse ano de 2002, Ano Internacional do Ecoturismo. Alguns princípios e indicadores, que nortearão este Turismo Sustentável, já estão em discussão na reunião da OMT em Cuiabá, que contou com apoio da Embratur e do Ministério do Meio Ambiente.

O que chamamos hoje de Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura e outros termos do gênero devem dar lugar apenas ao Turismo Sustentável, que terá uma classificação de acordo com indicadores econômicos, ambientais e de responsabilidade social. A SOS Mata Atlântica, entidade que mantém um projeto de ecoturismo no Lagamar, litoral sul de São Paulo, é considerada exemplar e premiada internacionalmente nessa modalidade de Turismo.

Para o WWF, o Turismo Sustentável tem que ser compatível com a conservação efetiva dos recursos naturais e operar dentro da capacidade de suporte de cada área, sem prejudicar a regeneração e a produtividade futura dos recursos naturais. Também deve valorizar a cultura e as comunidades locais dos destinos visitados, assegurando o acesso adequado destas comunidades aos recursos econômicos proporcionados pela atividade turística.

As operadoras de turismo devem desenvolver programas com a participação das ONGS certificadoras, tendo posteriormente as atividades monitoradas para assegurar o cumprimento dos padrões certificados. Também devem se envolver na educação ambiental e/ou treinamento de investidores, profissionais de turismo, comunidades anfitriãs e turistas.

3.11 - CERTIFICAÇÃO – PREMIANDO A QUALIDADE

O GT -Brasil, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Estratégia Brasileira de Certificação em Turismo Sustentável, foi criado em 2001, durante o 1º *Workshop* sobre Certificação do Turismo realizado em Parati, RJ. Na ocasião, o evento contou com a participação de 35 representantes de diferentes entidades e interesses, incluindo a *Rainforest Alliance*, que discutiram a proposta de certificação do Turismo no Brasil. Desde então, diversas atividades que visam dar consistência técnica e mercadológica ao esquema brasileiro de certificação vêm sendo realizadas.

O Grupo de Trabalho vem apresentando a proposta às principais entidades especializadas nos maiores encontros em Turismo e meio ambiente no Brasil, proporcionando ampla abertura e oportunidade de discussão pública. Por outro lado, ele tem interagido ativamente com a iniciativa internacional, conduzida pela *Rainforest Alliance*, para o estabelecimento de um corpo credenciador mundial, obtenção de contribuições técnicas e troca de informações sobre o desenvolvimento do programa brasileiro.

3.12 – CRIANDO O CONSELHO BRASILEIRO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Ambientalistas, empresários e especialistas em turismo de todo o país reuniram-se em São Paulo, nos dias 28 e 29 de junho de 2002, para fundar o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). A missão desta nova entidade é promover o Turismo Sustentável por meio de um sistema de certificação independente. O CBTS pretende delimitar uma estratégia única para a certificação do Turismo Sustentável no Brasil e para o estabelecimento de Padrões de Qualidade Sócio Ambiental, adequados à nossa realidade. O lançamento aconteceu no Hotel Meliá Jardim Europa, durante o III *Workshop* de Certificação do Turismo Sustentável.

O Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável é fruto de um processo que vem se desenvolvendo desde 1999, por uma coalizão de ONGs, da iniciativa privada e de especialistas da área. Desde outubro de 2000, O WWF-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica lideram esta mobilização, que já contou com dois *Workshops* preparatórios, consultas públicas em congressos e seminários nacionais de Turismo e que mantém um grupo de debate pela *Internet*. A discussão e a elaboração de padrões de sustentabilidade para a atividade no Brasil são os primeiros passos do CBTS rumo ao estabelecimento de um sistema de certificação.

A principal meta da certificação do Turismo Sustentável é a caracterização e identificação de componentes da atividade turística ou de seus produtos. Exige-se que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. Após uma avaliação criteriosa, os esquemas de certificação atestam estes atributos por meio da emissão de um selo. Esta certificação cumpre uma valiosa função na identificação da sustentabilidade da atividade e estimula uma maior responsabilidade e competitividade para o mercado. O selo, ou logotipo de *marketing*, será fornecido apenas para aqueles negócios que alcançarem um padrão de eficiência e desempenho, permitindo aos consumidores identificar fornecedores e prestadores de serviço responsáveis.

A certificação do turismo gera benefícios ambientais, econômicos e sociais. Ambientalmente, ela contribui para a conservação da biodiversidade, auxilia na manutenção da qualidade ambiental dos atrativos turísticos e na proteção de espécies ameaçadas. Economicamente, viabiliza as áreas protegidas utilizadas pelo Turismo, proporciona um diferencial de *marketing*, gerando vantagens competitivas para os empreendimentos e facilita o acesso a novos mercados, principalmente o internacional. Socialmente, legaliza a atividade do Turismo, assegura boas condições de trabalho e promove o respeito aos direitos dos trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais.

O Turismo é uma das mais promissoras fontes econômicas do planeta. Ele contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de um país. Mas se for conduzido apenas com enfoque econômico, sem um planejamento baseado nas características biológicas, físicas, econômicas e sociais das localidades, ele pode gerar um desequilíbrio ecológico e social. A certificação busca garantir este equilíbrio.

Concluindo a primeira parte da pesquisa, a intenção é perpetuar a idéia que a conservação ambiental e o turismo são fenômenos em franca expansão no mundo moderno. O primeiro como contrapeso ao uso irresponsável dos recursos naturais durante o processo de desenvolvimento do homem e o segundo pelo encurtamento de distâncias, avanço nos transportes e nas comunicações e aumento do tempo livre, que esse processo gerou.

O Turismo Sustentável opõe-se ao turismo de massa e caracteriza-se pela participação de um número reduzido de pessoas e do conseqüente pequeno porte dos equipamentos, tanto os de hospedagem quanto os de transporte para os centros urbanos ou de locomoção dentro das áreas.

Com estudos, planejamentos determinados, estratégias adequadas - como *marketing*, enfim, ações planejadas dentro de metodologias adequadas o Turismo pode ser construtivo, feito com responsabilidade, respeito e informação. Ele será um prolongamento do conceito de desenvolvimento, pois buscará uma

melhor condição para as pessoas que gostam desse tipo de atividade e também para as pessoas dos lugares cobiçados por sua beleza natural.

Assim, o Turismo que estará sendo feito será Sustentável, pois promoverá um Desenvolvimento Sustentável para a População receptora, para os Turistas e para os Empreendedores.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no período de maio de 2001 a setembro de 2002.

4.1 - DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para a elaboração do presente trabalho adotou-se como sustentação outras pesquisas já realizadas, trabalhos acadêmicos e estudos científicos sobre a região Amazônica, de diversos autores, cujos temas estão ligados diretamente com a preservação da floresta e seu *habitat*. A partir dessa base conceitual e tomando-se como exemplo uma área mortalmente ferida por um desastre ecológico, a Região de Presidente Figueiredo, apontar como sustentação econômica para essa área, o Turismo Sustentável; saber da comunidade sócio-economicamente ativa, Gerentes de Hotéis e Restaurantes, as medidas que devam ser tomadas de imediato, a curto prazo, a longo prazo e de rotina, na implementação dessa modalidade de Turismo, na região. Para isso utilizou-se um questionário, montado após a coleta e a consolidação das informações obtidas junto a Comunidade. Esse questionário foi aplicado também na Prefeitura Municipal, junto aos Secretários, encarregados de traduzir em práticas os anseios manifestados pela população do Município.

Como coroamento do trabalho, o questionário teve transcurso na Câmara dos Vereadores, onde um representante da Casa, escolhido aleatoriamente, tomou conhecimento da vontade popular expressa nas indicações do questionário de pesquisa e também teve a oportunidade de manifestar sua opinião como representante fiscalizador no que diz respeito à execução de todas as realidades

apontadas pela população.

No processamento dos dados, o estabelecimento dos pontos convergentes e divergentes entre as opiniões dos Proprietários de Hotéis e Restaurantes e a dos Representantes da Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores foi primordial uma vez que abriu campo para o debate. Pode-se verificar que os pontos comuns das informações se traduziram em idéias afins. São elas que irão nortear os objetivos e as prioridades no transcurso da execução dos projetos.

4.1.1 - Quantos aos fins

A pesquisa é exploratória e descritiva.

4.1.2 - Quanto aos meios

A pesquisa é Bibliográfica, de Campo e Estudo de Caso é que se mostrou mais apropriada para abordar a problemática referenciada.

De acordo com Vergara (2000) a Pesquisa Exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.

Pesquisa Descritiva, para Vergara (2000), expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

De acordo com Vergara (2000) a Pesquisa Bibliográfica é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em

geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

Para Vergara (2000) a Pesquisa de Campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Segundo Vergara (2000), o Estudo de Caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter e profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo.

4.2 - OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo desta pesquisa é a Amazônia em geral, e a Região de Presidente Figueiredo em particular, escolhida como pioneira na implantação do Turismo Sustentável. Nessa segunda parte os estudos foram direcionados aos representantes da Comunidade de Presidente Figueiredo nas pessoas dos Gerentes de Hotéis e Restaurantes, como representante da comunidade sócio-econômica ativa e dos representantes da comunidade na Prefeitura e na Câmara de Vereadores.

4.2.1 - População e Amostra

A população desta pesquisa é composta pelos Gerentes de Hotéis e Restaurantes de Presidente Figueiredo, na totalidade e alguns integrantes do corpo Administrativo da Prefeitura Municipal e um integrante da Câmara de Vereadores, escolhido aleatoriamente como representante daquela casa.

4.2.2 - Histórico de Presidente Figueiredo

Para Beltrão (1998), as origens do município se prendem principalmente a Novo Airão e Itapiranga, dos quais foi desmembrada a maior parte do território, que hoje constitui Presidente Figueiredo, bem como Manaus, cuja vizinhança foi fator influente no desenvolvimento da região.

A cidade detém a maior rede de pousadas e hotéis, com bom número de leitos. Com financiamentos de órgãos como a Agência de Fomento do Amazonas, várias aéreas de Cachoeiras estão sendo dotadas de estrutura de serviço, como restaurantes e locais para caminhadas na selva. Algumas delas, como as cachoeiras da Iracema e do próprio Santuário, estão dotadas com uma boa estrutura de hotelaria.

4.3 - COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para a realização da pesquisa os dados foram obtidos através da seguinte forma:

4.3.1 - Quanto à coleta de dados:

- Fontes Primárias: os dados foram coletados através de contatos pessoais com a comunidade local de Presidente Figueiredo, Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores. Os dados foram elaborados a partir dos referenciais teóricos sobre o tema de pesquisa, submetidos a testes prévios e aplicados sob a forma de entrevistas diretas; a partir daí foi possível elaborar uma relação de medidas indicadas por toda a população que participou da pesquisa, totalizando 23 indicações, que se postas em prática, facilitará a implantação do Turismo Sustentável na Região de Presidente Figueiredo. Nessa relação existem 5 (cinco) opções de prazos para execução das medidas, possibilitando estabelecer uma ordem de prioridades entre elas.

- Fontes secundárias: os dados foram coletados através de análise de documentos, livros e pesquisas sobre o tema.

- Quanto à análise: Os dados foram analisados e interpretados à luz dos objetivos da pesquisa (Estatística Descritiva). Evitou-se a centralização das respostas (Tendência Central) pela colocação de um número ímpar de opções como resposta.

4.4 - PERGUNTAS DE PESQUISA

O objetivo principal dessa pesquisa é responder a seguinte pergunta:

- O Turismo Sustentável poderá ser utilizado na Região Amazônica como fator de integração entre os valores sociais, as atividades econômicas e a preservação do meio ambiente?

E também identificar, priorizar e determinar o tempo de execução das medidas selecionadas e apresentadas pela pesquisa, expressando a vontade da Comunidade, para tornar a Região de Presidente Figueiredo um Pólo de Turismo Sustentável, que irá servir de base ao desenvolvimento sócio-econômico daquela Região, possibilitando assim resgatar a cultura, a tradição, os costumes dos habitantes locais, sem perder de vista a recuperação, a restauração do sofrido ambiente natural que foi devastado pela construção da Usina de Balbina.

4.5 - DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS

A lista de medidas consideradas como prioritárias e que fazem parte do Questionário de pesquisa foram produtos da verificação e da experiência vivida pela Pesquisadora no próprio local da pesquisa, através da observação direta e da convivência com os habitantes da Região, que tomaram parte ativa no processo e na escolha das indicações.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA

5.1 - CRIANDO ALTERNATIVAS PARA UMA REGIÃO DEVASTADA POR UM DESASTRE ECOLÓGICO

5.1.1 - Turismo Sustentável e a Região de Presidente Figueiredo

Segundo Sarabia (1999) a maior floresta tropical do mundo também insere um módulo continental de incomparáveis monumentos naturais de beleza rara; esta região se localiza no Município de Presidente Figueiredo, norte do Estado do Amazonas, fronteira com o Estado de Roraima.

Conforme Sarabia (1999), de acordo com estudos científicos realizados, cerca de 3.000 km², incluindo a sede Municipal, estão assentados sobre rochas areníticas de origem marinha, daí o reconhecimento da área como Amazônia Marinha, responsável pela formação de dezenas de cachoeiras, corredeiras, cavernas e grutas. O relacionamento homem/natureza foi tão expressivo na Região, que é comum defrontar-se com sítios arqueológicos datados acima de 2.000 anos, além da atual presença de povos indígenas arredios como são os Waimiri-Atroari, cujo território ocupa cerca de 33% do Município. São habitantes originais e imemoriais da região, guerreiros e que enfrentaram os mais diferentes colonizadores. Sua bravura é registrada em relatos de variados naturalistas.

Quando se fala em realizar ecoturismo no Estado do Amazonas, Presidente Figueiredo é o primeiro a ser lembrado por conter vistas paradisíacas, além da inserção em seus limites do Lago da Hidrelétrica de Balbina, ofertando fácil pescaria de Tucunaré e Piranhas gigantes aos que praticam a pesca esportiva.

5.1.2 - Como é a Cidade?

A cidade possui um aspecto agradável, de contornos previamente delineados, bem situada às margens da rodovia 174, com um trânsito bem sinalizado, bom sistema de saúde e um povo bastante acolhedor. Mas é na natureza onde se encontra seu ponto forte, com lindas quedas de água, de belezas exuberantes, que saltam à vista e emocionam os turistas.

5.1.3 - História

Para Beltrão (1998), os primeiros assentamentos populacionais nesses pólos datam de 1657, para o local onde hoje é a cidade de Manaus e, 1668 para o local onde hoje é a sede de Novo Airão. Foi a partir desses núcleos que se deu a consolidação e ampliação do povoamento do Baixo Rio Negro. Integrado no município de Manaus, Novo Airão passa a constituir distrito da capital em 1938, então com a denominação simplesmente de Airão. Em 1955, que se dá o desmembramento de Manaus, se constitui no município autônomo de Novo Airão. Paralelamente, já em 1852 se criara o município de Itapiranga, contando sua área com a atual Vila de Balbina. O município originou-se na década de 70, de um povoado às margens da BR 174 (Manaus-Venezuela), no Km 107, acrescido com o início do projeto para a construção da Hidrelétrica de Balbina.

Em 10 de dezembro de 1981, pela Emenda Constitucional n.º 12, é criado o município de Presidente Figueiredo, em homenagem ao primeiro Presidente da Província do Amazonas João Baptista de Figueiredo Terreiro Aranha, com territórios desmembrados de Novo Airão (sua parte no extremo leste, limítrofe a Manaus) e Itapiranga (vila e arredores de Balbina), bem como áreas adjacentes de Silves e Urucará. O município é cortado no sentido Sul-Norte pela Rodovia BR 174 (Manaus-AM / Boa Vista-RR / Venezuela), distante 107 km, por rodovia, de Manaus; 40 metros acima do nível do mar.

Para Coelho (1996) o clima é tropical quente e úmido e a Média de temperatura é de 32°C.

Conforme Beltrão (1998), a área é de 25.534,5 km². Para o IBGE, com base em estimativa de 1999, a Região conta com 12.416 habitantes, com uma taxa anual de crescimento em torno de 7,64 %.

Conforme Beltrão (1998) o acesso rodoviário é de cerca de 01:30 hora de viagens pela Rodovia Federal BR 174 (Manaus-Boa Vista (RR)-Venezuela). Há uma Estrada Estadual, AM 240, que liga a sede à Vila Balbina, numa distância de 82 km, em asfalto. A região é contemplada água potável; energia elétrica; saúde (3 Hospitais - FNS); agência Correios; Telemar; Banco do Estado do Amazonas e 3 canais de TV.

Conforme Beltrão (1998) são essas as estimativas:

- no setor primário:

- Pecuária - criação de bovinos, suínos, eqüinos e caprinos.

- Agricultura - culturas temporárias: mandioca, macaxeira, arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar. Culturas permanentes: abacaxi, melancia, abacate, banana, laranja, mamão, cupuaçu, pupunha, tucumã. Horticultura: coentro, cebolinha, alface, couve, repolho, pimentão, tomate, berinjela, pepino, quiabo.

- Avicultura - restrita ao criatório de frangos, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

- Pesca - concentram-se na Vila de Balbina, no grande lago que a Hidrelétrica formou e também no rio Uatumã. São desenvolvidas na Região varias atividades de piscicultura, como a criação de alevinos em açudes. Existe uma colônia de pescadores, que se dedicam à pesca do tucunaré, com boa produção mensal.

- Extrativismo Vegetal - concentra-se principalmente na extração de madeira.

- Extrativismo Mineral - pedras e minério de cassiterita e estanho.

- Reservas minerais - Columbita, Tantalita, Criolita e Ziconita

- no setor secundário a economia do município tem destaque na a mineração (extração de cassiterita e estanho) e na indústria, serrarias, extração do guaraná, destilarias de álcool e aguardente, gelo e serviços de utilidade pública (energia).

- no setor terciário há hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas, bancos, prestação de serviços e turismo.

Quanto à recreação e lazer, há praças, quadras de esportes, campo de futebol, praias no verão, cachoeiras, pescarias, torneios esportivos, danceterias e clubes sociais.

Segundo a EMBRATUR a rede hoteleira comporta 1,2 mil leitos. Os principais Hotéis são: Cachoeira do Urubu, Maruaga, Viajante e Vitória-Régia.

As principais Pousadas, são: Iracema Falls Hotel de Lazer, Cuca Legal, Da Jibóia, Das Araras, Novo Amanhecer, O Canto da Floresta, Vicana's, Brasil e Cunha.

Os principais restaurantes, são : Bar e Restaurante Delicias, Barraca Ecológica, Cachoeira, Café Regional & Restaurante Priscila, Coco Loba, Da Clarice e Kisabor.

Conforme Beltrão (1998) existem na Região 45 (quarenta e cinco) cachoeiras - 09 (nove) corredeiras - 07 (sete) cavernas - 05 (cinco) sítios

arqueológicos - floresta para *Trekking* - pesca esportiva no Lago da Hidrelétrica de Balbina, nos rios Urubu e Uatumã. As cachoeiras que mais se destacam, são:

- Cachoeira Brilhante - pequena cascata, com aproximadamente 3 metros de queda - 4.000 metros de caminhada no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 8 - Estrada de Balbina.

- Cachoeira da Neblina - com 30 metros de altura - 3.000 metros em trilha no interior da floresta fechada. Localizada na AM 240 - km 51 - Estrada de Balbina.

- Cachoeira da Onça - aproximadamente 4 metros de queda - 1.050 metros de caminhada no interior da mata, onde lindas orquídeas podem ser observadas nas copas das árvores. Localizada na BR 174 - km 1 do ramal do Urubuí.

- Cachoeira da Pedra Furada - com formato de um chuveiro gigante - 2.000 metros de ramal no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 57 - Estrada de Balbina.

- Cachoeira da Santa Cláudia - com 2 quedas de aproximadamente 2 metros de altura, sendo possível, na 1ª queda, tomar banho numa piscina natural formada pela erosão fluvial - 2.000 metros de ramal em piçarra no interior da Fazenda Santa Cláudia, onde se encontra plantação de guaraná, cupuaçu, laranja, mandioca, criação de gado e uma fonte de água mineral, que pode ser visitada. Dessa fonte sai a água que abastece a sede do município. A Cachoeira da Santa Cláudia está localizada na BR 174 - km 107 - Fazenda Santa Cláudia.

- Cachoeira da Suframa - com 4 metros de queda em formato de um véu de noiva - 200 metros de trilha no interior da mata. Localizada na BR 174 - km 96.

- Cachoeira das Orquídeas - com aproximadamente 6 metros de queda em formato de um véu de noiva; em sua trilha é fácil a localização de grande

variedade de orquídeas - 2.000 metros de trilha no interior da mata. Localizada no ramal do Cemitério - km 2 - acesso a Estrada de Balbina.

- Cachoeira das Quatro Quedas - apresenta 4 quedas de aproximadamente 3 metros de altura - 1.900 metros de trilha no interior da mata. Localizada no ramal do Cemitério - km 2 - acesso a Estrada de Balbina.

- Cachoeira do Boto - na comunidade da Morena - 1.000 metros no final do ramal. Localizada na AM 240 - km 84 - Vila Balbina.

- Cachoeira das Lajes - 4 cachoeiras intercaladas nos 2.000 metros de trilha no interior da mata. Localizada na BR 174 - km 114.

- Cachoeira do Mutum - com aproximadamente 5 metros de altura, em formato de véu de noiva - 6.000 metros em trilha no interior da mata. Localizada na AM 240 - Km 54 - Estrada de Balbina.

- Cachoeira do Raio - aproximadamente 20 metros de altura, em sítio arqueológico - 1.000 metros em trilha no interior da mata. Localizada no ramal do Cemitério - km 1 - acesso a Estrada de Balbina.

- Reserva Ecológica Cachoeira do Santuário - apresentando 3 quedas de águas, sendo a mais alta de 15 metros - 1.000 metros de ramal em piçarra, no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 12 - Estrada de Balbina.

- Corredeira do Urubuí - com aproximadamente 120 metros - balneário público à 300 metros do Ramal do Urubuí, bastante procurada para a prática de canoagem. Localizada na BR 174 - km 107 - Ramal do Urubuí.

- Cachoeira e Caverna de Iracema - área com 2 cachoeiras e 2 cavernas, sendo a primeira com 2 metros de queda e a segunda 8 metros de queda de água.

- Cavernas com sítios arqueológicos a 4 km de ramal em piçarra, no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 115 - Fazenda Iracema.

- Cachoeira Jardim - com aproximadamente 3 metros de altura - 4.000 metros de caminhada em trilha de floresta fechada. Localizada na AM 240 - km 52 - Estrada de Balbina.

- Cachoeira Sussurana - apresentando 2 quedas - 1.500 metros de trilha no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 84 - Estrada Aeroporto de Balbina.

- Cachoeira Sossego da Pantera - aproximadamente 4 metros de altura - 500 metros de caminhada em trilha. Localizada na AM 240 - km 20 - Estrada de Balbina.

- Caverna Refúgio do Maruaga (Área de Proteção Ambiental) - sob a responsabilidade do IMA/AM - Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 12.836, de 19.03.1990, possui uma área de 256.200 ha; caverna com 18 metros de altura - 480 metros de profundidade e segundo técnicos do DNPM tem aproximadamente 400 milhões de anos; 700 metros de trilha no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 6 - Estrada de Balbina.

- Corredeira do Barreto - com aproximadamente 200 metros de extensão, à beira da estrada de acesso a Vila Balbina. Localizada na AM 240 - km 57 - Estrada de Balbina.

- Corredeira Maravilha - com aproximadamente 300 metros de extensão - 100 metros de caminhada em trilha. Localizada na AM 240 - km 12 - Estrada de Balbina.

- Corredeira Refúgio Ecológico - com aproximadamente 300 metros de extensão, rodeada por árvores nativas que chegam a medir 4 metros de diâmetro

- 800 metros de trilha no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 9 - Estrada de Balbina.

- Corredeira Rio das Pedras - com aproximadamente 1.000 metros de extensão, rodeada por árvores nativas, que chegam a medir 4 metros de diâmetro - 800 metros de trilha no interior da mata. Localizada na AM 240 - km 22 - Estrada de Balbina.

- Corredeira Santo Amaro - com aproximadamente 300 metros de extensão - 100 metros de caminhada em trilha. Localizada na AM 240 - km 20 - Estrada de Balbina.

- Reserva dos Índios Waimiri-Atroari - constitui uma das mais importantes manifestações culturais, tendo em vista as festas e tradições culturais desse povo primitivo, habitante na região. Na Vila Balbina, existe o Centro de Proteção Ambiental - CPA, complexo constituído de vários edifícios que mantêm as características regionais, utilizando cavaco para o telhado em forma de maloca indígena, sustentados por grossas peças de madeiras. O destaque é a iluminação e o processo de ventilação natural.

5.1.4 - Vila de Balbina

A Vila de Balbina, 87 km da sede do município, foi construída para abrigar os trabalhadores na construção da Hidrelétrica. Apresenta uma excelente infra-estrutura, com vias asfaltadas, serviços de saúde, educação, hotel, restaurante, telefone, abastecimento de água, energia, clubes e residências de bom padrão.

Pesca no Lago de Balbina

Conforme Beltrão (1998), a pesca no lago de Balbina tem sido motivo de controvérsia ecológica e foco de debate entre ambientalistas pelo fato de estar, encravada numa região de grande potencial ecoturístico e ter atraído muitos

pescadores esportivos do Brasil inteiro. Apesar da redução da diversidade da ictiofauna e dos danos ambientais e sociais decorrentes do represamento, algumas espécies de peixes proliferaram no reservatório, resultando no incremento da atividade pesqueira, praticada basicamente sobre os estoques de tucunaré (*Cichla spp*). A exploração desta espécie, iniciada logo após a formação do reservatório, vem sendo feita até os dias atuais, com uma produção média em torno de 500 toneladas/ano e da qual participam 100 a 160 pescadores profissionais, além de dezenas de amadores. Os barcos de pesca têm baixa capacidade, entre 800 e 5.000 kg e o pescado é mantido e transportado em gelo, adquirido em Manaus. Devido às grandes dimensões do reservatório, cerca de 2360 km², a densidade de pescadores é muito baixa, em torno de 0,04 a 0,07/km².

A pescaria é realizada à jusante da barragem, em pequenos barcos providos com motores de popa.

Importantes Pontos de Pesca

Pode-se dividir os locais de pesca em pelo menos duas regiões distintas. A primeira vai até um pouco acima da foz do Rio Pitinga (afluente do Uatumã com a foz no interior da parte represada), e a segunda, já no alto desse mesmo rio, onde as águas não estão mais represadas.

As distâncias de barco até os pontos de pesca são bastante longas. Para a primeira opção, deve se considerar algo em torno de duas a três horas de barco, com motor de 25HP. Para chegar na segunda, gasta-se por volta de oito horas. Não há alternativas mais rápidas por via terrestre.

Os primeiros igarapés a serem visitados, para quem parte do Porto da Vila de Balbina, ao lado da barragem, são o Catiti e o Tucumai. O primeiro fica a cerca de uma hora e o segundo, uma hora e meia do ponto de saída.

Ao subir mais uma hora e meia, depois da foz do Igarapé Pitinga, chega-se ao igarapé Nazaré. Do Pitinga, leva-se, aproximadamente, 40 minutos até o igarapé Água Branca, com poucas paradas pelo caminho. O consumo de combustível, em um dia de pescaria, varia conforme a distância a ser percorrida, o tipo de motor e o tamanho da embarcação utilizada.

A temperatura da água está acima de 30°C; o pH por volta de 5.5, dentro dos padrões locais. A altitude em relação ao nível do mar é de 120 metros. Nos igarapés Catiti e Tucumai há pauleiras espaçadas, o que facilita pescar nas margens ou em troncos isolados. Os tucunarés ali encontrados são das espécies Borboleta (*Cichla Monoculus*) e Açu-Paca (*Cichla Temensis*). Os peixes variam de dimensões, pesando de 500 gr. até 4,5 kg. A piranha preta, a espécie de maior tamanho, chega a pesar 1,2 kg. Destroí as iscas e causa reboliço dentro do barco quando é fisgada pelo pescador.

Segundo os moradores da região, o mês de maio não é uma época propícia para pescaria do tucunaré, pois estão chocando. Nessa fase atacam as iscas mais como proteção do ninho do que para devorar a presa, no caso as iscas artificiais e assim não se prendem nas garatéias com tanta facilidade. Outro fator a ser considerado quando se planeja uma pescaria naquela área é com relação a época das águas baixas, pois não são encontradas grandes quantidades de tucunarés. Em contrapartida, a presença das piranhas gigantes sempre faz a festa. Ocorre que para a pesca dessa espécie toda época do ano é boa, a subida e a baixada das águas não influencia em sua captura.

No igarapé Pitinga, embora com menos ações, há peixes um pouco maiores. A grande dificuldade de se pescar no igarapé Nazaré se dá pela dificuldade de se navegar em meio a troncos que ainda permanecem no leito do canal.

Os serviços de barqueiros experientes conta muito. Tudo depende deles: o transporte seguro, a localização de cardumes, a parada estratégica do barco quando se encontram os cardumes, o desenroscado das linhas, a recuperação das

iscas, principalmente quando ficam presas nos paus, às vezes submersas, a limpeza dos peixes fígados e o embarque e desembarque da tralha.

Material de Pesca

Conforme a opinião de diversos pescadores, o material de pesca a ser utilizado deve ser o mais leve possível. As iscas de meia água e superfície são as mais indicadas, de preferência da cor da água, e dentre elas a Poper faz maior sucesso, podendo ser com hélice ou não. Já para a pesca das piranhas as iscas de meia-água são as mais indicadas e a cor preferida é a vermelha.

Conforme experiência própria, ao se preparar para pescar no lago de Balbina inclua na sua tralha um chapéu grande, ou um gorro com cobre-nuca, um protetor solar de maior número possível, camisa de mangas compridas, calça cobrindo até os pés, bem folgada, meias, calçado bem leve, o mais confortável possível, óculos para sol, de preferência o utilizado para pesca que protege bem a parte dos olhos, capa de chuva, um plástico de 2mx2m (se for preciso acampar pode ser usado como toldo), além do trivial, que todo o pescador deve possuir: lanterna com bico de luz sobressalente, faca pequena, facão, repelente para insetos, tesourinha, alicate para encastoar iscas, alicate para retirar peixes, corda fina, iscas artificiais, linhas de mão, molinetes, empates de aço. Inclua também um estojo de primeiros socorros, com remédio para dores (cabeça-barriga-estômago), para pressão alta (caso sofra disso), e um anti-alérgico para o caso de picadas de inseto. Sempre é bom estar a par de determinados procedimentos de emergência para, se for o caso, agir na hora exata com acerto e prontidão. É bom levar uns foguetes de sinalização, desses utilizados em viagens marítimas. Eles podem ser utilizados em uma situação de naufrágio. Durante o deslocamento até o ponto de pesca é bom utilizar coletes salva-vidas, nunca é demais estar bem prevenido.

Recomendações

Por unanimidade, os pescadores entrevistados são de opinião que a pescaria, de uma maneira geral, deve ser um momento de entretenimento e prazer e não uma guerra. Vai se pescar e não buscar peixes. A busca de peixes é para pescadores profissionais, que fazem comércio desse tipo de produto. Para os pescadores amadores e turistas, de um modo geral, não. É o encontro com o sossego, da comunhão, da contemplação da natureza; é *relax*, é esporte, é lazer. Não é lugar para muita conversa, discussões, animosidades. Não queira ser o melhor, o mais sortudo, o mais sabido; isso só trará aborrecimentos. Determinados tipos de brincadeira devem ser deixados de lado, para os barzinhos nas cidades e outras formas de distrações. Treine os arremessos das iscas em casa, antes de sair para a pescaria. O objetivo é fisgar peixes e não seus amigos de barco. Não tende puxar a linha com a isca presa num tronco, pode causar um sério acidente com você ou com as pessoas que estão ao seu redor.

Uma regra geral a ser seguida é a seguinte: obedeça ao barqueiro e siga suas orientações; ele não é o responsável pelo seu mau dia, pela sua falta de sorte, pela sua inexperiência, pela falta de peixes, pela chuva que pode estar caindo, pela sua linha que está cheia de nós. Ele é um amigo, um guia somente. E lembre-se: você, estando embarcado, o piloto é o comandante do barco. Mesmo assim, apesar do piloto ser o comandante do barco, não deixe só com ele a responsabilidade pela viagem. Pergunte sobre peças sobressalentes para o motor, ferramentas importantes que devem ser levadas e assegure-se que o combustível embarcado seja suficiente para aquilo que foi previamente estabelecido. Cumpra as regras de conservação do meio ambiente e lembre-se de que você não é eterno, eterna é a natureza. Outros virão pescar no mesmo local que você pescou. Deixá-lo natural é sua obrigação.

Mesmo seguindo todas essas regras e tomando todas as precauções você deverá contar com a sorte. É ela que nos proporciona a idéia de satisfação após uma pescaria.

5.2 - UM PROJETO DE TURISMO SUSTENTÁVEL PARA PRESIDENTE FIGUEIREDO

O desafio de superar a pobreza no município é imperioso diante dos problemas econômicos e sociais que se avolumam, com notórias desigualdades sociais.

O Município deverá buscar o futuro comum no Desenvolvimento Sustentável, entendido esse conceito como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias.

Se, por um lado, o grande desafio de superar a pobreza no município é imperioso diante do agravamento dos problemas econômicos e sociais, por outro lado, também é imperioso desenvolver uma política de redução das desigualdades sociais, que leve em conta, sobretudo, a conservação e a proteção dos recursos que garantam a sobrevivência dessa mesma sociedade.

Não sendo assim, qualquer política poderá ter impactos adversos, tanto sobre o combate às desigualdades sociais, como sobre as possibilidades de êxito a longo prazo, da conservação dos recursos e do meio ambiente. Do mesmo modo, qualquer política de desenvolvimento voltada, principalmente, para o aumento da produção de bens, caso deixe de levar em conta a sustentabilidade dos recursos sobre os quais se baseia a produção, mais cedo ou mais tarde haverá de se defrontar com um declínio de produtividade e isso também poderia ter um impacto adverso sobre a pobreza.

Diante dessas constatações, é necessário que a estratégia a ser utilizada considere, simultaneamente, uma melhoria da qualidade de vida com redução das desigualdades sociais. O desenvolvimento e o meio ambiente deverão levar em conta, no processo turístico, os recursos, a produção, as pessoas, as questões demográficas, os cuidados com a saúde, a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens e das comunidades locais como executores das

atividades, dentro de uma linha democrática de incentivo e participação, direcionados ao aperfeiçoamento da gestão.

Como estratégia para se atingir esses objetivos, as seguintes metas administrativas devem ser adotadas, como vem ocorrendo em muitas prefeituras do nosso país, que possuem potenciais turísticos:

- modernizar as atividades agrícolas e culturas tradicionais;
- definir e implementar uma política de incentivo para o desenvolvimento do turismo e a promoção da cultura ;
- descentralizar a economia e desenvolver o potencial empreendedor;
- desenvolver políticas de assistência sociais voltadas para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da cidadania;
- melhorar e expandir a infra-estrutura agrícola e fundiária;
- elevar o perfil educacional da população, adequando-o às estratégias do desenvolvimento sustentável;
- assegurar o acesso e a humanização da saúde;
- conservar, criar e gerir os recursos hídricos, visando sua otimização em usos múltiplos;
- proteger e preservar a biodiversidade;
- assegurar meios para a implementação das ações.

Entendemos que a participação popular deve ser a meta dos objetivos municipais e também das políticas que integram a sociedade e o poder, gerando ações de melhoria na qualidade de vida do Município.

Para incrementar esse processo, é necessária a elaboração de um Projeto que comporte Seminários e Discussões, mapeando as necessidades e potencialidades de cada comunidade e apontando as Diretrizes e as Prioridades do Plano Plurianual da Prefeitura, previamente estabelecido e aprofundado nas questões ambientais, ecológicas, educacionais, de saúde pública, sociais e estruturais, que possibilitará gerir ações coordenadas e voltadas para o

desenvolvimento auto-sustentável de Presidente Figueiredo, construindo a Agenda Local de Trabalho.

É necessário que as Secretarias Municipais trabalhem em conjunto, desenvolvendo projetos baseados nos conceitos aperfeiçoados durante os Seminários.

A Secretaria Municipal de Educação será a base de todo o processo a ser instalado, devendo ser um exemplo a ser seguido de como a escola pode ser a indutora da criação de um saber direcionado à melhoria da qualidade de vida e da preservação da região.

Como coroamento da implantação dessa novidade regional, pode ser realizada uma Conferência Municipal de Educação Sustentável – A Educação voltada para o Desenvolvimento Sustentável, onde serão lançados o Currículo Escolar e o Plano Municipal de Educação Sustentável.

Nessa Conferência, a participação de todo o Escalão Administrativo Municipal é de suma importância, bem como de delegações constituídas por representantes dos diversos conselhos paritários existentes no município.

Durante o encontro podem ser abordadas questões relativas à política educacional, reafirmando a necessidade de uma articulação das políticas públicas para o Desenvolvimento Sustentável, com conseqüente melhoria do Perfil Educacional da População e melhoria de sua Qualidade de Vida.

Nas discussões sobre o Plano Municipal de Educação e o Currículo Escolar, pode se levar em conta os elementos colhidos nas comunidades através dos Seminários realizados, do qual saíram grupos articuladores das comunidades com uma agenda local de desenvolvimento.

A partir de uma Proposta Curricular Geral para o Município, cada escola terá a possibilidade de incluir nos seus Projetos Político-Pedagógicos e nos

Planos de Desenvolvimento, estudos e ações que venham a mudar a realidade sócia econômica de sua comunidade, como aulas de horticultura, floricultura, piscicultura entre outras de gestão empresarial, ou com formação artística pela Casa de Cultura.

A Associação de Moradores poderá fazer sua proposta de Desenvolvimento Sustentável. Dentro dessa perspectiva e de forma participativa, poderá ser feito um diagnóstico da área - levantamento de suas potencialidades e problemas - a partir do qual pode se começar a construir alguns projetos e se obter algumas conquistas, como saneamento, energia elétrica, telefone comunitário, implantação de um projeto de plantação irrigada e aquisição de algumas embarcações para os pescadores. Pode ser criada uma Oficina de Turismo Sustentável, organizando as iniciativas comunitárias, beneficiando diretamente a maioria dos moradores. O resultado esperado dessas oficinas participativas deve apontar para um tipo turismo, em que a própria comunidade construa e organize espaços de recepção de turistas, além de atividades culturais e outros eventos. É necessário o apoio financeiro local e dos órgãos oficiais para que essa proposta saia do papel e se efetive como ação coletiva local.

Não é necessário que a comunidade construa hotéis cinco estrelas mas alguns espaços que, apesar de suas simplicidades, possa apresentar excelente qualidade em atendimento e higiene. Nesse sentido, imagina-se que o impacto sobre a ambiente natural e cultural local de uma proposta dessa natureza é algo que possa ser parcialmente controlado em favor da comunidade. O turista que vem de longe quer conhecer o ambiente natural e não pernoitar em suítes sofisticadas, com comidas estrangeiras, mas sim saborear as frutas e a comida regional, que, com certeza, será bem apreciada.

5.3 - IMPLANTANDO O TURISMO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO

A busca para incentivar o desenvolvimento das atividades turísticas no município, deve ser uma das metas da política municipal em Presidente Figueiredo.

Reconhecido pelas belezas naturais e privilegiado com paisagens exuberantes, o Município tem se destacado como um destino para quem procura o ecoturismo e o turismo de aventura.

É importante que a Prefeitura Municipal faça convite às Empresas que queiram investir no Município, na organização das provas, coordenando e desenvolvendo *rallys*, provas de aventura, *mountainbike* e outros, chamados esportes verticais. Esportes aquáticos, como canoagem e torneios de pesca podem ser incentivados, dimensionando cada vez mais o potencial do município nesta área.

A política de valorização dos aspectos turísticos municipais e a formação e reciclagem de profissionais das áreas de hotelaria e alimentação devem se constituir em parte principal de todos os demais processos de recepção a visitantes. Nesse sentido, um projeto educacional que vise melhorar a área de atendimento deve ocupar a ordem do dia das preocupações dos coordenadores de turismo, sem perder de vista o Desenvolvimento Sustentável para o município e, assim, direcionar todas ações para a modalidade de Turismo Sustentável, resgatando e valorizando a cultura, os recursos naturais e patrimoniais, com o apoio e a participação efetiva da população local.

A promoção e a divulgação dos atrativos turísticos por empresas especializadas manterá uma demanda de turistas consideráveis e servirá como estratégia na condução das atividades criadas e administradas pelo órgão de turismo municipal que, com uma gestão descentralizada das ações nessa área e voltadas para a livre iniciativa, proporcionará conscientização e

sensibilidade da sociedade, fortalecendo assim, cada vez mais, o desenvolvimento econômico e social.

5.4 – UM MODELO DE PROJETO DE TURISMO SUSTENTÁVEL PARA A REGIÃO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO.

O modelo a seguir, está sendo aplicado na Prefeitura Municipal de Itapajé, no Estado do Ceará e vem dando certo, atingindo todos os objetivos propostos pela Administração daquele Município. Este mesmo modelo está sendo sugerido para o Município de Presidente Figueiredo:

- Público alvo: Município turístico de Presidente Figueiredo - Técnicos Municipais de Turismo.

- Local de Realização: Pontos Turísticos da Região de Presidente Figueiredo

- Parcerias: (a Prefeitura deve buscar parcerias juntas as empresas e Agências de Turismo, que queiram investir e participar do projeto).

- Objetivo: é descrever a metodologia de enfoque participativo e as bases conceituais utilizadas no processo de capacitação dos Agentes Técnicos Municipais de Turismo, parte integrante do Modelo de Gestão do Programa de Municipalização do Turismo – (nome do Projeto), em implantação no Município.

Sua sustentação está na Municipalização e no Desenvolvimento Sustentável com o comprometimento da Comunidade nas ações, considerando que o planejamento turístico municipal e processual, em constante retro-alimentação, visando satisfazer as necessidades do presente sem compreender as necessidades das gerações futuras. Tal postura permite que turistas e população residente usufruam os atrativos naturais, cultural e histórico presentes na localidade receptora mas sem degradá-la. O foco é a relação do homem com o

meio-ambiente, considerando os interesses econômicos, sociais e culturais da comunidade. A racionalização do uso, conservação e proteção adequada dos recursos naturais, ambientais e culturais, em harmonia com a sobrevivência humana e o bem-estar - atual e futuro, permeia todo o processo. Para realizar tal intento, utiliza-se uma metodologia que abrange treinamentos graduais com experimentações, respeitando a autonomia dos agentes e municipais, dotando-os de instrumentação básica de planejamento para que possam dar uma contínua sustentação ao desenvolvimento turístico municipal. O processo ação/reflexão/ação leva em conta uma expectativa crescente dos níveis de conhecimento dos envolvidos. Objetiva mudanças de caráter normativo e comportamental, com envolvimento e comprometimento de todos, em todos os níveis. São princípios com envolvimento e comprometimento de todos, em todos os níveis.

São princípios norteadores:

- Descentralização: fortalecer o poder público, para a gestão das políticas e programas;
- Sustentabilidade: planejamento das ações; seleção de prioridades e seu acompanhamento com a sociedade;
- Parceiras: formas de contribuição para o fomento turístico
- Mobilização da comunidade: atuando e decidindo alternativas e objetivos e delineando diretrizes;
- Capacitação: qualificação das pessoas envolvidas no município (gestão participativa). A base metodológica utiliza Oficinas com Enfoque Participativo (ZOOOP – aprender - fazendo) com uma estruturação passo a passo, envolvendo:

1ª Fase – Conscientização: capacitação, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade;

2ª Fase - Capacitação: qualificação para posterior orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo;

3a Fase - Planejamento: capacitação como facilitadores da Metodologia Simplificada.

O público alvo é composto por técnicos das diferentes instâncias (Agentes multiplicadores Nacionais, Estaduais e Monitores Municipais).

- São elementos do método: o moderador, a visualização, a problematização e as sessões plenárias, visando a socialização dos resultados e as tomadas de decisão, além de estabelecer responsabilidade e cumplicidade pelo resultado alcançado. Nessa fase deve ser considerado o debate ativo e a condução compartilhada, avaliando constantemente o processo, permitindo determinar o caminho a ser desenvolvido e tornando os participantes comprometidos com o resultado auferido. As ações indicam que, no final do processo, teremos um número significativo de comunidades vivendo a autogestão do turismo, o mapeamento das potencialidades, o melhor entendimento do trabalho em parcerias, a maior valorização dos aspectos locais, além da maior profissionalização da comunidade. O Município estará devidamente estruturado e com planos de desenvolvimento disponibilizados, com a consciência do equilíbrio entre o homem e a natureza, fortalecimento da identidade local e um alto nível de conscientização e organização.

5.5 - LANÇAMENTO DO ROTEIRO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

O objetivo do lançamento do Roteiro Turístico Sustentável é divulgar o potencial de cada ponto turístico na Região de Presidente Figueiredo, no intuito de atrair investidores e contribuir, assim, para o seu desenvolvimento econômico.

Segundo os modelos mais usados, que se vê em Agências de Turismo, esse roteiro deverá ser de fácil manuseio, com exemplos ilustrativos e explicativos, trazendo descrições detalhadas, como aspectos históricos e características do município, além de enumerar os atrativos, eventos, datas,

telefones para contatos, oportunidades de investimentos e dicas ecoturísticas. Deve ser ricamente ilustrado, com mapas animados e fotografias. O roteiro deve ser, sobretudo, um estímulo à prática do ecoturismo. Todo o levantamento de campo deve ser executado com a utilização do GPS (Sistema de Posicionamento Global), o que garantirá a posição exata dos atrativos e a informação cartográfica precisa.

A Região de Presidente Figueiredo possui condições excepcionais para o desenvolvimento do ecoturismo, com variados atrativos naturais e diversidade de ecossistemas praticamente inexplorados e a publicação do roteiro é uma importante ferramenta de promoção turística que deve ser utilizada de forma permanente pela Prefeitura e pelos Empresários do setor, a fim de que cada segmento do mercado local seja incluído em roteiros turísticos nacionais e internacionais.

A partir das informações contidas nessas edições, com tiragens periódicas, pode ser realizado um trabalho conjunto, que vai desde a produção de folhetaria até a implantação da infra-estrutura necessária à recepção dos turistas, como montagem de receptivo na sede do município e sistema de transporte eficiente, em decorrência do aumento das demandas turísticas, provocadas pela divulgação dos atrativos. Esse esforço certamente resultará em bons negócios, gerando emprego e renda para os envolvidos no processo. Os roteiros também podem ser adotados como recurso didático pelas instituições de ensino superior.

Os Roteiros Turísticos devem ter uma tiragem suficiente, direcionada a bibliotecas públicas, prefeituras municipais, embaixadas do Brasil e entidades vinculadas ao turismo, como agências de viagens.

5.6 - UM EXEMPLO DE TRABALHO POSITIVO

Segundo a ELETROBRAS, a ELETRONORTE é a concessionária de energia do Norte do Brasil e atua como geradora e supridora de energia elétrica

para todos os estados da Região Norte, Maranhão e Mato Grosso. Sua capacidade de geração é de 5.433 MW, provenientes de 4 usinas hidrelétricas e de 12 usinas termelétricas. Conta com 6.120 km de linhas de transmissão. Sua área de atuação representa 58% do território nacional.

Tem como missão comercializar energia elétrica na cidade de Manaus e sua área de influência, com qualidade e rentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Amazonas e como área de atendimento, além de Manaus, municípios do interior abrangendo uma população da ordem de 1.600.000 habitantes, equivalente a 55% do total da população do Estado.

A Manaus Energia S/A, por seu turno, é uma sociedade por ações, constituída em 23 de dezembro de 1997, como subsidiária integral da ELETRONORTE, tendo como objetivo principal a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica em Manaus, capital do Estado do Amazonas.

A Manaus Energia, visando melhorar as condições de vida da sociedade, mantém convênios com diversas entidades e/ou instituições, pois considera que é fundamental que o desenvolvimento ocorra em harmonia com os interesses da comunidade e do meio ambiente onde está inserida.

A responsabilidade social é essencial e para tal, mantém convênio com a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, voltado para a educação, que abrange do maternal ao 2.º grau; convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para um posto local; convênio com a Polícia Militar para um posto local; auxilia a Fundação Nacional de Saúde nas ações de combate às endemias; e administra e mantém um hospital na Vila, com médicos, enfermarias e medicamentos de pronto atendimento.

A Unidade está ainda, efetivamente engajada nas questões de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, visto que mantém uma área de Serviço Médico - Social, para atendimento aos colaboradores e dependente, um Serviço

Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e 08 (oito) Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS).

A empresa, cerca-se de cuidados rigorosos, procedimentos e planejamentos preliminares quando o assunto é meio ambiente e impacto social junto à comunidade, a começar pela análise da localização das Usinas e Subestações e da definição do traçado das Linhas de Transmissão. No caso das Subestações, estão sendo usados equipamentos blindados, ou seja, transformadores com SF₆ (gás encontrado no óleo isolante dos transformadores de baixa e alta tensão) e estão sendo desenvolvidos projetos para Subestações Abridadas.

No Departamento de Distribuição e Comercialização da Manaus Energia, onde são executados serviços de podagem de árvores, substituição/instalação de postes de concreto (a empresa não compra mais postes de madeira) instalações de redes de distribuição e de construção de linhas de transmissão e/ou usinas, é feita uma fiscalização rigorosa pela SEDEMA (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE) para a liberação dos serviços sem agredir o meio ambiente e o meio social.

O seu comprometimento com as questões ambientais se reflete também na preocupação em manter atualizadas as Licenças de Operação (LO) dos empreendimentos considerados impactantes. A Manaus Energia, de acordo com a Resolução n.º 03 do CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, instalou em pontos distintos, a partir de 1996, no Bairro do Mauzinho, quatro Estações de Monitoramento da Qualidade do Ar, enviando mensalmente relatórios analíticos sobre a qualidade do ar aos órgãos governamentais responsáveis pelo Controle Ambiental, em Manaus. É realizado, na empresa, o PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - ou seja, um programa que preserva a saúde e integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e

dos recursos naturais. O PPRA é realizado principalmente nas usinas, devido a intensidade dos ruídos causados pelas máquinas e por serem áreas de maiores riscos. Mas, não é só nos ruídos que o PPRA se concentra. O PPRA engloba também: iluminação, postura, calor, piso, almoxarifado. O PPRA foi realizado para três fases: ruído, calor e mapa de riscos ambientais.

5.6.1 Com relação à Hidrelétrica de Balbina

Para compensar os impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, a Manaus Energia mantém no local um Centro de Proteção Ambiental, onde são desenvolvidos Programas Ambientais Específicos, a saber:

- Limnologia - analisa as condições da Bacia do Uatumã, antes do fechamento da barragem, e efetua o monitoramento do reservatório, analisando aspectos referentes a qualidade da água;

- Ictiofauna - são pesquisas executadas de hidrobiologia - Piscicultura, em parceria com o Governo do Estado para criação, reprodução e distribuição de alevinos de espécies como o tambaqui;

- Macrófitas Aquáticas - é um projeto especial desenvolvido com a utilização do peixe-boi, que delas se alimentam, fazendo com que a água do lago fique com maior número possível de oxigênio para alimentar peixes e outras espécies;

- Implantação da Reserva Biológica do Uatumã- em convênio com o IBAMA, visando a preservação da biodiversidade local e pesquisas de quelônios e de mamíferos aquáticos e o desenvolvimento de estudos científicos na área;

- Controle de doenças endêmicas (doenças causadas por viroses)- é efetuado em toda a área de influência de Balbina, através de convênios com a SUCAM e o Instituto de Medicina Tropical de Manaus.

5.6.2 Com relação à População Indígena

Reserva Waimiri-Atroari - este convênio foi firmado para sua manutenção com um Projeto de Educação Ambiental nas Escolas Públicas da Região, minimizando os impactos provocados pelas obras da usina de Balbina, tendo como princípio básico o resgate cultural desses povos, a melhoria das condições de vida e do seu relacionamento com a sociedade brasileira.

Consolidação dos dados da pesquisa

Na visão dos Proprietários de Hotéis e Restaurantes a prioridade entre as medidas para tornar a Região de Presidente Figueiredo um Pólo de Turismo Sustentável, são as seguintes:

- 1º - divulgação/*marketing*/propaganda
- 2º - construção de uma feira de artesanato
- 3º - construção de uma área de *camping*
- 4º - saneamento
- 5º - incentivos governamentais
- 6º - passeio ecológico
- 7º - saúde
- 8º - melhorar os acessos vicinais
- 9º - construção de um frigorífico
- 10º - agricultura
- 11º - construção de um *pesk-pág*
- 12º - criação da guarda municipal
- 13º - escolas
- 14º - povoamento dos lagos com peixes
- 15º - fiscalização
- 16º - ampliar a rede hoteleira e restaurantes
- 17º - promover torneios de pesca
- 18º - construção do porto e ancoradouro de Balbina
- 19º - modernizar a cooperativa dos pescadores

- 20° - construção de um laboratório de pesca
- 21°- segurança
- 22°- criação de peixes em gaiolas
- 23°- expedir carteira/licença amadora para pesca

Merecem destaques as seguintes colocações, sugeridas no item do questionário de pesquisa denominado “outras medidas”:

- mais de 90% das pessoas entrevistadas afirmaram que o SENAC deveria realizar mais Cursos Profissionalizantes, como: camareira, garçom, cozinheira, voltados para a rede de hotelaria e restaurantes. Aos alunos do SENAC deveria ser aplicada uma metodologia de ensino direcionada à motivação profissional, visando um desempenho regular das futuras atividades, já que foi constatado que após a realização dos cursos os formandos acabam abandonando os empregos por opção.

- também foi citada por alguns entrevistados a necessidade da Rede de Hotelaria e de Restaurantes se filiarem em associação para reivindicarem seus direitos e impedir que comerciantes despreparados tenham acesso ao atendimento a visitantes e turistas.

- foi solicitado pelos entrevistados um novo e amplo local para estacionamento, padronizado, com segurança e maior controle. A forma atual de estacionamento não atende aos restaurantes.

- há um consenso geral por todos os entrevistados quanto à falta de pessoas com conhecimento em língua estrangeira, principalmente o inglês, para servirem de intérprete no atendimento aos clientes estrangeiros.

- deve ser desenvolvida uma área recentemente descoberta e muito propícia para a pesca esportiva. Essa área é no ramal do Rumo Certo, lago de hidrelétrica de Balbina, no km 174. Entretanto, ainda é uma área que carece de toda a infra-estrutura e necessita de maiores atenções por parte do governo local.

A opinião dos componentes da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, bem como da Representante da Câmara dos Vereadores, a ordem de prioridades na execução das medidas para tornar a Região de Presidente Figueiredo um Pólo de Turismo Sustentável, deverá ser a que se segue:

- 1º- incentivos governamentais
- 2º- construção de uma feira de artesanato
- 3º- divulgação/*marketing*/propaganda
- 4º- criação da guarda municipal
- 5º- fiscalização
- 6º- saneamento
- 7º- melhorar os acessos vicinais
- 8º- segurança
- 9º- construção do porto e ancoradouro em Balbina
- 10º- ampliar a rede hoteleira e restaurantes
- 11º- construção de uma área de *camping*
- 12º- saúde
- 13º- escolas
- 14º- criação de *Pesk-Pag*
- 15º - modernizar a cooperativa dos pescadores profissionais
- 16º- expedir carteira / licença para pesca amadora
- 17º- construção de um frigorífico
- 18º- agricultura
- 19º- construção de um laboratório de pesca
- 20º- criação de peixes em gaiola
- 21º- promover torneios de pesca
- 22º- povoamento do lago com espécies de peixes
- 23º- passeio ecológico

Merecem destaques as colocações apresentadas pelos entrevistados no questionário de pesquisa no item “outras medidas”:

- no tocante ao quesito “modernizar a cooperativa dos pescadores profissionais” a opinião determinante é que a pesca profissional deva ser proibida, porque não traz retorno investimento para o profissional da pesca, além de causar depredação na natureza. O ganho desses profissionais com a pesca profissional é irrisório. Esses profissionais poderiam ser transformados em Guias Turísticos de Pesca, com atividades de conduzir os turistas aos locais de pesca. Essa atividade proporcionaria boas gorjetas, que no final do mês seriam bem mais rentáveis que o auferido com ganho da pesca profissional;

- quanto a “criação da Guarda Municipal” o nome dos componentes dessa guarda deverá ser “Vigilante do Meio-Ambiente” ou “Guarda Florestal”. Sua principal atividade seria policiar o uso da natureza por parte das pessoas.

- alguns entrevistados são a favor que a Guarda Municipal poderia ser constituída por alunos de escolas e suas atividades poderiam ser direcionadas para a preservação do meio ambiente e outras atividades educacionais, voltadas para o bem estar da comunidade, como a fiscalização de trânsito, prevenção ao uso de drogas e orientação a turistas entre outras;

- quanto a “ampliar a rede hoteleira e restaurantes”, ouve um consenso de que esses proprietários deveriam receber mais créditos para financiamentos, para que pudessem restaurar ou ampliar os prédios existentes;

- com relação a “construção de um frigorífico”, a opinião da maioria girou em torno de que se busque um empresário que queira investir na construção desse frigorífico para estocar, conservar e comercializar o pescado com preços competitivos;

- otimização da atividade turística no município, de maneira prática devem girar em torno dos dois agregados à atividade turística:

- Primeiro: turismo de pesca;

- Segundo: abertura e implantação de Cassino para jogos em Presidente Figueiredo.

- a construção de entreposto de Pesca na Morena ou em Balbina para comércio e armazenamento do Pescado e não a construção do Porto/Ancoradouro no Lago da Hidrelétrica. A construção do Porto seria na Morena, no Rio Uatumã, que traria mais benefícios aos pescadores.

- como prioridade a duplicação da Br-174. Essa construção evitaria os acidentes de trânsito, muito comuns em dias de festividades. Também apontou como prioridade a construção ao longo dessa Br. de passagens para animais silvestres. Com essa medida se evitaria os atropelamentos e a mortes das espécies silvestres que cruzam a rodovia.

- antes de se tomar qualquer iniciativa com relação às alternativas indicadas nessa pesquisa faz-se necessário estudos prévios, preferencialmente os seguintes:

- 1- identificar reais potenciais da região;
- 2- detectar as deficiências do sistema atual;
- 3- levantamento das necessidades;
- 4- traçar prognósticos;
- 5- execução.

E ainda:

1. desenvolver programa de orientação referente a distribuição de terras e preenchimento do espaço urbano (urbanização);
2. criar política de educação ambiental;

3. criar sistema de reciclagem do lixo.

- a reciclagem do lixo como essencial para preservação do meio ambiente, além de proporcionar renda para a população fornecedora dessa importante matéria prima e barata.

- com relação à criação de peixes em gaiolas a opinião, de maneira geral que essa medida é inviável devido a oscilação entre a enchente e a vazante ocasionada pelo sangramento das turbinas da hidrelétrica, que provocam o problema da desoxigenação da água, o que torna a criação de peixes em gaiolas inviável pelos acúmulos de cuidados por partes dos técnicos em fazer o manejo das criações. A criação de peixes em gaiolas seria indicada somente na primeira fase de crescimento dos alevinos em criadouros próprios como tanques, lagos e açudes. Se a criação de peixes for em lagos e açudes não tem porque ser em gaiolas;

- quanto à promoção de torneios de pesca, alguns entrevistados manifestaram a opinião de que os mesmos deverão ser estimulados, mas com orientação ecológica;

- com relação a agricultura, grande parte dos entrevistados foram a favor da implantação de uma agricultura com sistema integrado e tecnologia de ponta, evitando-se assim a tradicional com sistema de manejo utilizada pelos habitantes primitivos da região;

- a necessidade de a Região possuir um Plano Diretor foi tido como imprescindível pela maioria dos entrevistados, pela importância que representa para a sobrevivência administrativa de Presidente Figueiredo;

- a participação comunitária é fundamental na criação, na execução e na manutenção desta modalidade de turismo. A comunidade deve ser liderada, esclarecida, orientada e convidada a fazer parte de todos os segmentos do processo turístico do Município de Presidente Figueiredo.

Segundo esses mesmos entrevistados, a prioridade entre as medidas consideradas de **rotinas** para tornar a Região de Presidente Figueiredo um Pólo de Turismo Sustentável, são as seguintes:

- 1º- promover torneio de pesca
- 2º- passeio ecológico
- 3º- saúde
- 4º- saneamento
- 5º- escolas
- 6º- construção de um laboratório de pesca
- 7º- ampliar a rede hoteleira e restaurantes
- 8º- expedir carteira/licença para pesca amadora
- 9º- fiscalização
- 10º- agricultura

Resultado Geral

As providências imediatas para tornar a Região de Presidente Figueiredo um Pólo de Turismo Sustentável, na opinião de todos os representantes da Comunidade, em ordem de prioridade, são as seguintes:

- 1º- divulgação/*marketing*/propaganda
- 2º- construção de uma feira de artesanato
- 3º- incentivos governamentais
- 4º- saneamento
- 5º- construção de uma área de *camping*
- 6º- criação da guarda municipal
- 7º- melhorar os acessos vicinais
- 8º- fiscalização
- 9º- saúde
- 10º- criação de *Pesk-Pag*

- 11º- ampliar rede hoteleira e restaurantes
- 12º- escolas
- 13º- construção do porto e ancoradouro em Balbina
- 14º- segurança
- 15º- construção de um frigorífico
- 16º- agricultura
- 17º- povoamento do lago com espécies de peixes
- 18º- passeio ecológico
- 19º- promover torneios de pesca
- 20º- modernizar a cooperativa dos pescadores profissionais
- 21º- expedir carteira / licença para pesca amadora
- 22º- criação de peixes em gaiola
- 23º- construção de um laboratório de pesca

Dados Convergentes entre as respostas da Comunidade e do Órgão encarregado da Execução e da Fiscalização do Município, em Ordem Crescente de afinidades:

- 1º - divulgação/*marketing*/propaganda
- 2º - construção de uma feira de artesanato
- 3º - incentivos governamentais
- 4º - saneamento
- 5º - construção de uma área de *camping*
- 6º - criação da guarda municipal, fiscalização e saúde
- 7º - melhorar os acessos vicinais e criação de *Pesk –Pag*
- 8º - ampliar rede hoteleira, restaurantes e escolas
- 9º - construção do porto e ancoradouro em Balbina
- 10º- segurança, povoamento do lago com espécies de peixes, passeio ecológico, construção de um frigorífico e agricultura
- 11º- promover torneios de pesca
- 12º- modernizar a cooperativa dos pescadores profissionais

13º- expedir carteira / licença para pesca amadora

14º- construção de um laboratório de pesca e criação de peixes em gaiola

Dados Divergentes entre as respostas da Comunidade e do Órgão encarregado da Execução e da Fiscalização do Município, em Ordem Crescente de discordância.

- Não houve consenso entre as partes com relação a ordem das prioridades na execução dessas medidas:

1º - construção de um laboratório de pesca e criação de peixes em gaiola

2º - expedir carteira / licença para pesca amadora

3º - modernizar a cooperativa dos pescadores profissionais

4º - promover torneios de pesca

5º - segurança, povoamento do lago com espécies de peixes, passeio ecológico, construção de um frigorífico e agricultura

6º - construção do porto e ancoradouro em Balbina

7º - ampliar a rede hoteleira, restaurantes, escolas

8º - melhorar os acessos vicinais e criação de *Pesk-Pag*

9º - criação da guarda municipal, fiscalização e saúde

10º- construção de uma área de *camping*

11º- saneamento

12º- incentivos governamentais

13º- construção de uma feira de artesanato

14º- divulgação / *marketing* / propaganda

Pela análise dos resultados podemos notar que os pontos divergentes são os inversos dos pontos convergentes. Exemplificando, tomaremos como base a idéia de criar peixes em gaiolas. A resposta da Comunidade obteve um grau de prioridade de 45% em relação as demais iniciativas. Já para a Administração do Município essa idéia recebeu como prioridade um grau 13 %. Somente um membro da Comunidade achou essa idéia inviável e mesmo assim por razões

diversas daquelas apresentadas pela Administração do Município. Note bem que a idéia de criar peixes em gaiolas não especifica o local de criação e nem a espécie de peixes. O membro da Comunidade que descartou a idéia da criação de peixes em gaiolas tomou esse ponto de vista em razão das espécies existentes, que não são criadas em cativeiros, mas sim, naturais e predadoras, como o Tucunaré e a Piranha. A inviabilidade apontada de não se criar peixes em gaiolas, no caso, é em virtude dessas duas condições.. Os Membros da Prefeitura e o Representante da Câmara acham que a idéia de criar peixes em gaiolas, no lago da Hidrelétrica de Balbina, se torna inviável, entre outras razões, pelo problema da desoxigenação causada pela descida e subida das águas e salientaram que essa modalidade de cultura seria melhor aproveitada na criação de alevinos em outros locais, menos no lago da Hidrelétrica.

CONCLUSÃO

Concluindo o presente trabalho, com relação à implantação do Turismo Sustentável na Amazônia e na Região de Presidente Figueiredo, temos a acrescentar o que se segue, em resposta a pergunta de pesquisa:

Indicações para a Região de Presidente Figueiredo

Hoje, após muitos estudos sobre o tema, Turismo Sustentável, prevalece uma visão mais inteligente – a de que o conceito de desenvolvimento sustentável está ligado diretamente ao de proteção ambiental;

O Desenvolvimento Sustentável, portanto, é uma política que visa salvaguardar o ambiente e a qualidade de vida na comunidade regional, por conseqüência, um desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável, onde a conservação e a preservação ambiental são metas que garantem às gerações futuras, empregos, distribuição de renda, enfim, melhoria de vida em seu sentido mais amplo, ou seja, em toda a Região.

O Turismo deve sofrer um estudo, um planejamento adequado, com estratégias que possam atender tanto aos visitantes, quanto aos locais visitados. Com essas providências, como o controle do atendimento aos visitantes, do bem

estar proporcionado aos turistas, da adaptação das pessoas que pretendem permanecer na terra, da preservação e da conservação do meio ambiente, ou seja, todo o contexto que envolve as pessoas, meio ambiente e economia, a sustentabilidade do turismo poderá ser promovida e se obter sucesso garantido;

A Região de Presidente Figueiredo, com uma grande área preservada têm reservas estratégicas naturais que com certeza despertará os interesses cada vez maiores dos Turistas, podendo se constituir, se bem explorada turisticamente, em vantagem única, e recebendo recursos para serem aplicados na região, frutos das eventuais pressões internacionais para sua intocabilidade ambiental.

Para a Região de Presidente Figueiredo, assim como para outros lugares, o Turismo Sustentável é aconselhável porque garante e assegura os diferenciais turísticos, o processo racional de exploração de recursos ambientais e naturais, bem como o histórico-cultural; volta-se para o espaço a ser ocupado, com a conservação e preservação das características originais. Também tem a preocupação com a população local, pois essa deve estar inserida no processo produtivo da região e com todo o sistema de comercialização do produto turístico final – que é a sua própria terra, natureza, cultura, costumes. Logo, é possível usufruir viagens a Presidente Figueiredo sem prejudicar a mata, os rios, a fauna, a flora, a cidade, casas, cabanas e pessoas, se previamente houver uma dedicada atenção com a organização, com a conscientização das pessoas oriundas do local e daquelas que vêm em busca de recreação e conhecimento. Certamente, todos estarão fazendo turismo, mas de uma forma que busquem o respeito por ambos os lados e juntos possam aprender.

Para tanto, deve-se acabar com a falta de conscientização dos Turistas e da Comunidade receptora, que sem saber acabam destruindo as áreas ambientais e conseqüentemente os ecossistemas; com a ganância de alguns empresários que devastam florestas e constroem hotéis e restaurantes apenas para lucrarem à custa

das maravilhas ecológicas; com a falta de fiscalização nas áreas ambientais visitadas, que acabam permitindo alguns abusos de todas as formas.

Ações e trabalhos desse tipo trarão um novo direcionamento para a atividade turística que só terá êxito se os ambientalistas, os representantes de órgãos públicos do turismo, os profissionais da área turística (turismólogos, hoteleiros, donos de restaurantes), os empresários e a população da localidade se unirem e determinarem juntos qual a evolução pretendida para a destinação, antes da tomada das decisões finais para a implantação dos equipamentos e atividades, adotando-se políticas e estratégias adequadas de desenvolvimento turístico e de conservação ambiental, por intermédio de programas científicos bem assimilados de turismo ecológico.

A criatividade, espírito de inovação e de cooperação entre os pequenos e os médios empresários, se apresenta, portanto, como alternativas mais promissoras para o desenvolvimento do Turismo Sustentável na Região de Presidente Figueiredo, tornando-o economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sadio.

O Turismo, como opção Sustentável, para a Região de Presidente Figueiredo só será benquisto se houver um maior controle sobre os impactos ambientais, um maior conhecimento sobre o clima, a educação do local, a criação de agências administrativas candidatas a receptoras do exercício turístico. Além disso, deverá ter, até mesmo, equipamentos adequados para as visitas. Também deverá ser feito um reconhecimento prévio sobre a capacidade de carga que a área suporta, a fim de evitar sobrecarga, multidão e desconforto. A informação que se poderá ter, certamente, ajudará na estruturação do lugar a ser apreciado.

A falta de informação para uma ocasião qualquer poderá provocar sérias contradições, sérios desacertos, pois a vida na Selva tem as suas peculiaridade e vicissitudes, que o meio-ambiente proporciona a quem se faz presente e dessas injunções nenhuma pessoa escapa.

Quando os turistas forem recebidos na Região devem ser alertados para as diferenças climáticas e as suas conseqüências, deve se providenciar medidas de prevenção como vacinas e outras iniciativas contra as doenças tropicais, como telamentos dos dormitórios, uso de repelentes contra picadas de insetos, entre outras considerações.

É através de propagandas sérias e amplas divulgações que podemos fazer com que o Turismo seja conhecido. Essas medidas serviriam como fonte de informações aos clientes e possibilitaria aos mesmos programarem melhor as viagens.

Portanto, nessa pesquisa, pode-se verificar que estudos, planejamentos e estratégias adequadas - como *marketing* e propaganda, enfim, ações planejadas dentro de uma metodologia não somente científica, mas também empírica, o Turismo pode ser construtivo, feito com responsabilidade, respeito e informação será um prolongamento do conceito de desenvolvimento, pois buscará uma melhor condição para as pessoas que gostam desse tipo de atividade e também para as pessoas dos lugares cobiçados por sua beleza artificial ou natural.

Assim, o Turismo será Sustentável, pois vem promovendo o desenvolvimento para a população receptora, para os turistas de maneira geral e empreendedores.

Em uma análise mais detalhada dos dados colhidos pela presente pesquisa em Presidente Figueiredo, podemos sentir que existe uma vontade latente no âmago de toda a Comunidade em prosperar e proporcionar o que é de melhor para essa Região da Amazônia. O que está faltando é um grito de “vamos começar” que, com certeza, está na garganta de todos os seus habitantes. Falta despertar uma liderança positiva, direcionada para essa prática salutar que é o Turismo Sustentável, independente de religião, de partido político ou de outra forma de manifestação que seja contrária aos ideais aqui propostos. Os estragos já foram

feitos na natureza pela construção da Hidrelétrica de Balbina. Compete as gerações, de hoje e do amanhã, unidas em um só objetivo, preservar, restaurar e manter a vida ainda existente naquela região.

Indicações para a Amazônia de uma maneira geral

Com relação à ocupação da Região Amazônica, de uma maneira geral, podemos sentir a necessidade de se tomar alguma providência com relação à preservação da Floresta porque ela, em si, já é um bem natural de valor inimaginável, além de comportar no seu interior civilizações indígenas que ainda não foram contatadas pelo homem branco; por constituir uma riqueza mineral incalculável, sem contarmos a beleza da fauna, das espécies de plantas e das madeiras de lei que em grande parte se encontram ameaçadas e se não for feita nada com relação a proteção da Floresta em curto espaço de tempo será levada à extinção. Pela presente pesquisa podemos constatar que o homem é o grande fator de desequilíbrio ecológico. Não é concebível que se permita que se façam crimes contra a natureza, sem que alguém tome uma medida enérgica no sentido de se coibir a investidas de pessoas que não possuem a mínima noção de respeito pela Floresta Amazônica.

Além da proibição das investidas é importante que se tenham leis com penalidades previstas para quem esboçar tentativas de alterar o meio ambiente amazônico. Também é importante que se denuncie às autoridades qualquer violação do meio ambiente de que se tenha notícia, lembrando que nunca é tarde para se tomar alguma medida que procure restaurar a vida natural da floresta. As autoridades devem contribuir com investimentos para maior controle das áreas que ainda não foram afetadas, visando a preservação dessas áreas e agir com rigor na fiscalização das áreas ocupadas pela população no que se refere ao controle das poluições dos mananciais de água, tratamentos do lixo e dos esgotos, bem como intensificar e vigiar o reflorestamento das áreas que já foram dizimadas pelo

homem. A urbanização deve ser controlada e planejada e provida de todos os recursos de saneamento já observados.

A migração deve ser controlada com o objetivo de se saber quem entra na Região Amazônica e para que finalidade e, aí sim, prestar assistência para quem chega, para se evitar um mal maior como o aumento de mendigos e flagelados, perdas de vidas humanas com reflexos sobre o meio-ambiente, originadas pelo acúmulo de favelas nas periferias.

Por isso é certo constatar que se deve tomar cuidado com a natureza de maneira geral, pois as pessoas também fazem parte da mesma. Sabemos que o Planeta é protegido por um processo alquímico de restauração, que em relação a um ambiente natural como a floresta, nada se crie, nada se perca, tudo se transforme, mas é preciso ter cuidado para que tudo não se perca e não se transforme em lembranças ou em "natureza morta", como a realidade da cruel devastação que estamos assistindo. Portanto, o melhor turismo que a Amazônia pode ter é aquele que busque o melhor uso para seu meio, pois assim sendo, não haverá impacto na natureza e nem na sociedade, porque a sustentabilidade do Turismo permite que haja sincronia entre o ser humano e o meio ambiente, o qual, é bom frisar, se trata de tudo que há em volta das pessoas, ou seja, a inter-relação sócio-política-cultural e econômica das pessoas.

Outros estudos

Os estudos sobre a Região Amazônica estão apenas começando. Como prosseguimento dessa pesquisa apontamos a necessidade da unificação das atividades turismo na Amazônia através da constituição de uma entidade voltada para a implantação, controle e fiscalização da modalidade de Turismo Sustentável.

Outros estudos nesse sentido poderão ser desenvolvidos com objetivo de atrair a população local para participar das atividades de turismo juntamente com as Prefeituras Municipais e empresários do ramo.

Entendemos que a Amazônia é um cenário fantástico, um berço magnífico, que poderá acolher todos os pesquisadores interessados em diversos estudos sobre a flora, fauna, passando pela botânica, biologia, zoologia indo até a arqueologia. Estudos climáticos, mineralogia e medicina também poderão ser desenvolvidos. Outros estudos, como por exemplo, sobre população indígena, suas raízes, o dialeto, o folclore, a cultura e principalmente a medicina natural, que ainda são mistérios para todos nós.

BIBLIOGRAFIA

Ambiente de Desenvolvimento: *hidrelétricas na Amazônia* (Eletrobrás-Ministério de Minas e Energia) Folheto, 2001.

BAPTISTA, Cristina. *A culpa é deles...e nós que (a) pagamos*. São Paulo: Veja, 2001.

BELTRÃO, Otto. *Realidade da Amazônia Brasileira*: clima, aspectos históricos, geográficos e sociais, formação social do Amazonas, Ecologia, Cultura / Turismo. Manaus: [s.n.], 1998.

BRANCO, Samuel Murgel. Polêmica: *O Desafio Amazônico*. 16.ed. São Paulo: Moderna, 1995.

COELHO, Marcos Amorim. *Geografia do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

DIAS, Genebaro Freire. *Educação Ambiental – Princípios e Práticas*. 5.ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. Editora São Paulo, 39.ed., Globo, 1995.

FRANCO, Gustavo. *Dióxido de carbono e eletricidade*. São Paulo: Veja, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATIJR). *Programa Ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR (Versão Preliminar), 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo de 1999.

LOZATO-GIOTART, J. P. *Geographical rating in tourism development*. *Tourism Management*. London: [s.n.], 1992. v. 13, n. 1, p. 141-44. mar. 1992.

MANCINI, Waldemar. *Fatores Motivacionais para o trabalho dos Servidores Fiscais*. Florianópolis: Insular, 1999.

MIGUEIS, Roberto. *Uma introdução à Geografia do Amazonas*. Manaus: A. S. Chaves, 2001.

PROJETO RADAM – BRASIL, 1976

ROA, Jesús G. et al. *Recursos Naturales y Turismo*. México: Limusa, 1986.

RUSCHAMM, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1999.

SALVATI, Sérgio Salazar. ssalvati@uol.com.br, 2002.

SARABIA, Raul H. Ortiz. *Educação Ambiental na Região Amazônica e Desenvolvimento Sustentável*. Universidade do Amazonas: Manaus, 1999.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMA). *Turismo em Estações Ecológicas*. Brasília: [s.n.], [s.d.].

ULTRAMARI, Clóvis. *Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável Para as Cidades*. Do Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana, 1999.

OBRAS CONSULTADAS

Ambiente de Desenvolvimento: *hidrelétricas na Amazônia* (Eletrobrás- Ministério de Minas e Energia) Folheto, 2001.

BAPTISTA, Cristina. *A culpa é deles...e nós que (a) pagamos*. São Paulo: Veja, 2001.

BARBOSA, Bia. *Poluiu, pagou*. São Paulo: Veja, 2001.

BELTRÃO, Otto. *Realidade da Amazônia Brasileira: clima, aspectos históricos, geográficos e sociais, formação social do Amazonas, Ecologia, Cultura / Turismo*. Vol. Amazonas, 1998.

BRANCO, Samuel Murgel. Polêmica: *O Desafio Amazônico*. 16.ed. São Paulo: Moderna, 1995.

CASTORIADIS, Cornélius. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CEOLIN, Adriano. *A justiça não produz energia*. São Paulo: Veja, 2001.

CEOLIN, Adriano ; EDWARD, José. *Blecaute*. São Paulo: Veja, 2001.

COELHO, Marcos Amorim. *Geografia do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Moderna, 1996. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIAS, Genebaro Freire. *Educação Ambiental – Princípios e Práticas*. 5.ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DIEGUEZ, Consuelo. *O mundo com fome de energia*. São Paulo: Veja, 2001.

DUPAS, Gilberto. *A perigosa sedução da tecnologia*. São Paulo: Folha, 2001.

EMPRESA AMAZONENSE DE TURISMO (EMAMTUR). *Impactos sociais dos alojamentos de selva nas comunidades da Amazônia*. Manaus: 1999.

EMAMTUR/FVA/EMBRATUR (Relatório Preliminar), 1992.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro e GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. 39. ed. São Paulo: Globo, 1995.

FRANCO, Gustavo. *Dióxido de carbono e eletricidade*. São Paulo: Veja, 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnica para o trabalho científico , explicitação das normas da ABNT*. 8.ed. Porto Alegre: s.n., 2002.

GONÇALVES, Carlos. *Paixão da terra*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATIJR). *Programa Ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR (Versão Preliminar), 2000.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Sociologia geral*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEWIS, Isaac Warden. *Trabalhos Acadêmicos: Orientações e Normas. Manaus*: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

LOZATO-GIOTART, J. P. *Geographical rating in tourism development. Tourism Management*. London: [s.n.], 1992. v. 13, n. 1, p. 141-44. mar. 1992.

MANCINI, Waldemar. *Fatores Motivacionais para o trabalho dos Servidores Fiscais*. Florianópolis: Insular, 1999.

MIGUEIS, Roberto. *Uma introdução à Geografia do Amazonas. Manaus*: A. S. Chaves, 2001.

ORGIS, Guido e QUEIROZ, Patrícia. *A vida no apagão*. São Paulo: Veja, 2001.

PEARCE, D. W. ; TURNER, R. R. *Economics of Natural Resources and the Environment*. H. Hemptead (UK): Wheatsheat, 1990.

PROJETO RADAM – BRASIL , 1976.

ROA, Jesús G. et al. *Recursos Naturales y Turismo*. México: Limusa, 1986.

RUSCHAMM, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1999.

SALVATI, Sérgio Salazar. ssalvati@uol.com.br, 2002.

SARABIA, Raul H. Ortiz. Educação Ambiental na Região Amazônica e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMA). *Turismo em Estações Ecológicas*. Brasília: [s.n.], [s.d.] .

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Edna Lúcia da; ESTERA, Muskat Menezes. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2000.

ULTRAMARI, Clóvis. *Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades*. Rio de Janeiro: Do Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana, 1999.

UNITED NATIONS (Generally Assembly). *Resolutions adopted by the General Assembly* 44/228. United Nations Conference on Environment and Development. New York: UN, 22-Dec. 1989.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisas em Administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

Anexo A – Questionário de Pesquisa

Questionário de pesquisa

Prioridades:

1-imediate 2-curto prazo 3-longo prazo 4-rotina 5- Não resposta

- Com relação a alternativas para tornar a Região de Presidente Figueiredo um Pólo de Turismo Sustentável, qual seria a prioridade entre essas medidas e qual o prazo de execução para as mesmas:

- () melhorar os acessos vicinais
- () Incentivos governamentais
- () modernizar a cooperativa dos pescadores profissionais
- () construção de um laboratório de pesca
- () divulgação/*marketing*/propaganda
- () segurança
- () construção do porto e ancoradouro em Balbina
- () criação de peixes em gaiolas
- () criação da guarda municipal
- () ampliar a rede hoteleira e restaurantes
- () promover torneios de pesca
- () expedir carteira /licença para pesca amadora
- () construção de uma feira de artesanato
- () povoamento do lago com espécies de peixes
- () fiscalização
- () construção de uma área de *camping*
- () passeio ecológico
- () saúde
- () saneamento
- () escolas
- () construção de um frigorífico
- () agricultura
- () criação de *Pesk-Pag*
- () outras medidas.....